

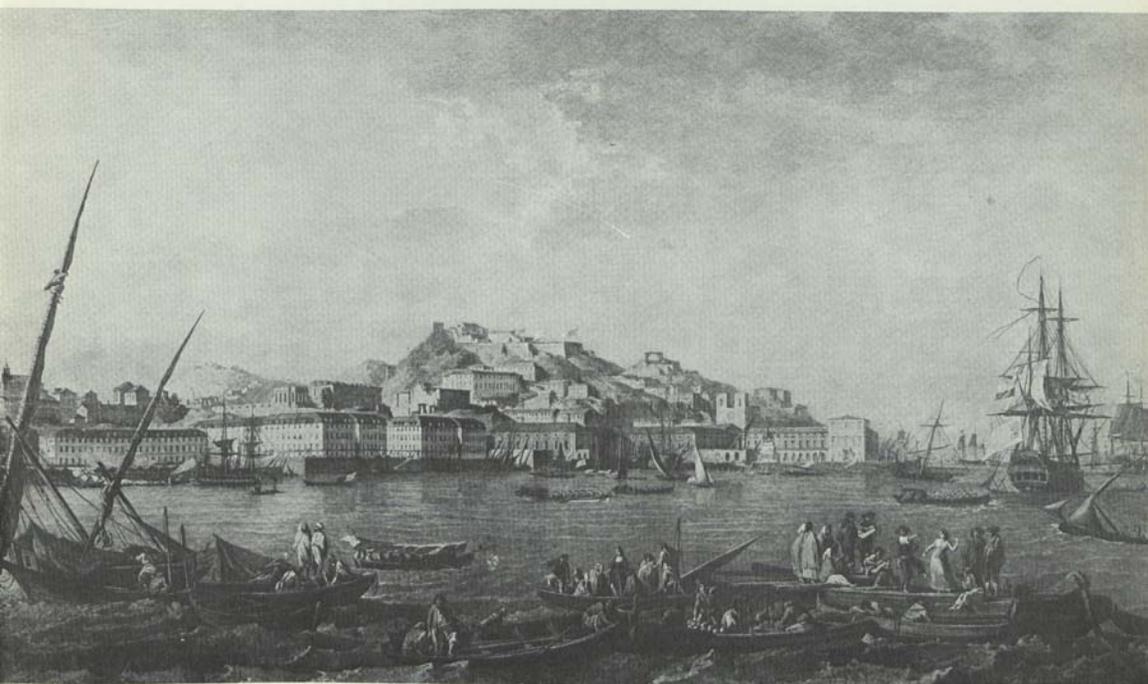


REVISTA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA:

*Um Recanto do Paraíso — 2.º Prémio do III Salão Municipal de Arte Fotográfica
— Fotografia a cor, de Artur Pastor*



VISTA DO PORTO DE LISBOA
—GRAVURA DE ALLEX—

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR

HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRAFICO

ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE

BRAVO

JULIO GIL

LUIS OSORIO



ANO XXIX — NÚMEROS 118/119 — 3.º E 4.º TRIMESTRES DE 1968

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

REVISTA MUNICIPAL

EDITORA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO
AV. PAULISTA, 1.500
CASA 10 - 13.º ANDAR
SÃO PAULO - SP



IMPRESSÃO: GRÁFICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - AV. PAULISTA, 1.500 - CASA 10 - 13.º ANDAR - SÃO PAULO - SP

SUMÁRIO

CONTRASTES SANITARIOS—I

1959-1969

IMPERATIVO DUMA OBRA DO MUNICIPIO DE LISBOA

ARNALDO FALLE DE SOUSA QUENTAL

SÃO VICENTE O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

P.^{re} JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

EXTRATEXTO

NOVAS TÉCNICAS MOAGEIRAS EM LISBOA

NOS INÍCIOS DO SÉC. XIX

FERNANDO CASTELO-BRANCO

BAPTISMO DAS NAUS

TEÓFILO BRAGA

O PALÁCIO DOS CARVALHOS À RUA FORMOSA

IRISALVA MOITA

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL» N.ºs 116 A 119

—ANO DE 1968



CONTRASTES SANTIÁRIOS-I

1959 - 1969

IMPERATIVO DUMA OBRA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Por ARNALDO FALLE DE SOUSA QUENTAL

PREÂMBULO

Totaliza vinte e seis anos o tempo do meu desempenho de funções técnico-sanitárias, em departamentos interrelacionados e com a mesma finalidade de saúde pública, o bem comum dos agregados populacionais, mediante as melhores condições de higiene e salubridade que as entidades em tanto empenhadas lhes possam assegurar.

Os anos do meu exercício ao serviço da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, na chefia da Repartição de Higiene Urbana, hoje 3.^a Repartição da D. S. S. T., foram precedidos de dezoito meses de actividade médico-sanitária, desenvolvida como membro da Comissão de Vistorias por mudança de inquilino, representando a Delegação de Saúde desta Cidade, na qualidade de sanitaria, com a incumbência de interpretar, confirmar ou corrigir condições de higiene habitacional, segundo um mínimo de preceitos afins.

Ofereceu-se-me, entretanto, oportunidade bastante de reforçar, modificar ou concluir conceitos de valorização sanitária de factos correntes ou pouco comuns, que atingem a Salubridade e a Higiene da Capital Portuguesa, por desconhecimento aceitável, dentro de limitada medida, daquilo que favorece ou não o bem geral dum agregado familiar ou dum agrupamento populacional como o da «urbe» lisbonense, quanto às características exigíveis; por indispensáveis a um nivelado grau de saúde dos aglomerados humanos.

E, sendo certo que para o estudo médico-sanitário da Cidade de Lisboa têm contribuído as mais devotadas iniciativas e diligências de entidades portuguesas oficiais ou não, de sectores diferentes, seguindo trajectórias diversas, subordinando-se, contudo, a um objectivo único—o combate da insalubridade, apreciada a generalidade dos seus aspectos prático, legislativo e tecnológico, a higiene está, pode-se dizer, saindo agora da adolescência e a robustecer-se notoriamente. Tem-se, assim, o estudo dos factos procurados na profusa natureza, deparando-se nos passos a passo, como infundável manancial de ensinamentos, sob a forma de um conjunto de afirmações certas, correlacionadas e ligadas de «per si» à sua génese, a sublinhar uma expressão de ciência.

Mas esta, para todas as suas feições, tem sempre uma história própria, com base num substracto de razões intrínsecas ou subsidiárias, cuja narração metódica as valoriza, dando-lhes exacta legitimidade. Precisamente, é esta circunstância que inspira o observador atento e o impulsiona à pesquisa, em redor de si próprio, das causas dos fenómenos decorrentes, que contactam com o seu semelhante. Este olha e, por vezes, não vê, por parecerem naturais e até indispensáveis à vida quotidiana dos agregados populacionais, pela relativa força do hábito e pelo que têm de vulgares onde haja actividade humana, avolumados inconvenientes, por prejudiciais à saúde, como factores de insalubridade.

Importará, por isso, à vida do indivíduo isolado ou na sociedade, o conhecimento de princípios basilares, científicos, conducentes a todo o efeito positivo, útil e bom.

As afirmações do muito que a ciência parece garantir a vida progressiva da humanidade no anseio da sua maior amplitude, traduzem o perscrutar da Natureza quanto ao mistério da Vida, como compete à medicina, que procura desvendar a magnificência desse segredo pela superioridade do raciocínio, que a morte subtrai à própria matéria estudada, sabido que a lei da vida é a lei da matéria, em valores ponderais ou qualitativos, com variação infinita.

A história, cujos vulto e relevo de sortida graduação, ramificando-se ao longo duma caminhada envelhecida pela incessante sucessão de dias e noites, sugere sempre de todas as épocas, ainda que distantes e diferentes no pensamento e na apreciação dos elementos que a realizam, valiosas noções e matéria de recurso, esclarecedoras e úteis ao estudioso, ao técnico, ao homem de ciência, ao estadista, ao orador, ao poeta, ao guerreiro e ao legislador, tendo, para cada cena, uma culminância de apogeu.

As fontes que a nutrem poderão ser modestas de natureza e envergadura, mesmo até olhadas com indiferença, todavia impor-se-ão conforme os lugares, os tempos, as determinantes da sua razão de ser, a que não se alheiam os sentimentos do homem, a sua sabedoria, moral social, mentalidade e cultura das unidades populacionais conscientes desse legado patrimonial de indubitável projecção.

Mas, quanto interessa é, afinal, a qualificação de quem desencadeia a germinação dos factos que serão essência dessa narração modelada às conveniências da exactidão e dita como história pelas características gerais de sua definição.

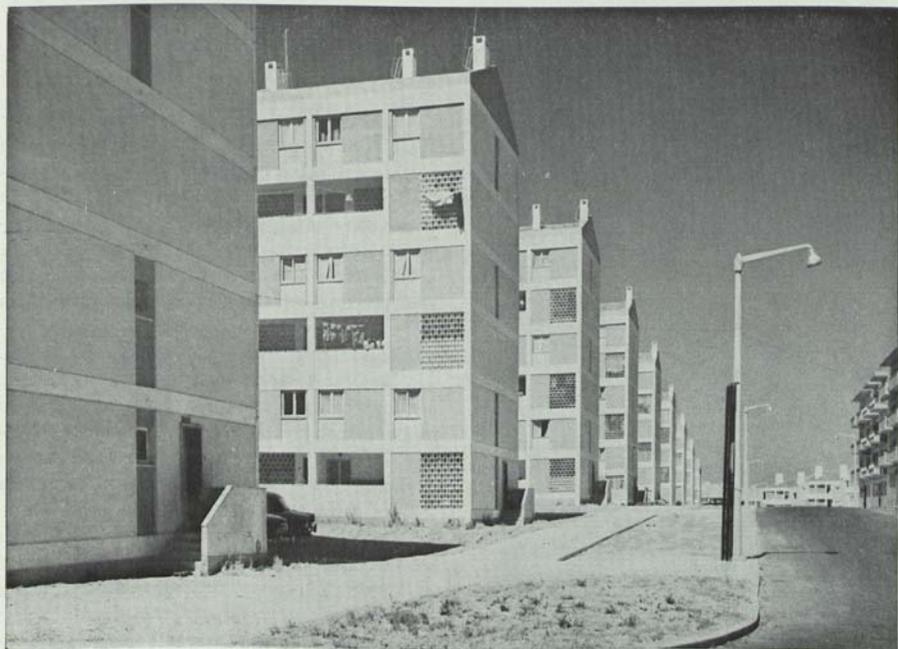
Os resultados que o compasso do tempo na sua progressão rítmica tem marcado, diplomam já, com exuberante notoriedade, o plano da importância da medicina preventiva ou profiláctica em relação à medicina curativa; e se a valorização da segunda é positiva no restabelecimento da saúde do enfermo, não menos elevado é o expoente dos resultados obtidos pela adopção de meios concernentes à defesa da saúde pública, que se atinge e realiza, pelas entidades nela ocupadas, como iniciativa patriótica, fluido salutar irradiado sobre a Sociedade.

Senão, recordem-se consumadas tragédias que, remotamente, fizeram as primeiras letras de história compungente, viva e decisiva, cujo relevo científico-sanitário se dilatou a continentes estrangeiros, como lição magistral duma sabedoria

fecunda e acção inquebrantável e vitoriosa do higienista profundo que foi Ricardo Jorge, quando a Higiene Pública era ainda embrionária na generalidade dos países e ignorada a assistência social; tal foi a repercussão da atitude tomada pelo referido Mestre de Saúde Pública, quando do desencadeamento da peste bubónica na Cidade do Porto, há anos distantes, 1899, que marcara uma época de sofrimento, acção médica e triunfo nacional, como se infere do respigado do trabalho do Doutor Fernando da Silva Correia sobre «A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge»:

«...que o colocaram ao lado de Koch e de outros consagrados, entre os 18 médicos que em todo o mundo mais trabalharam desde há 200 anos, para defesa sanitária internacional — assim julgado recentemente por um prestigioso Professor da Universidade de Londres».

Urbanização da Quinta do Charquinho





Tipo de prédios da Quinta das Mouras

As palavras endereçadas a Ricardo Jorge na múltipla e exacta escarpelização que dele faz o Doutor Fernando da Silva Correia, encerram duma forma calorosa, brilhante e comovente:

«...O processo de consagração cívica dum dos mais notáveis intelectuais da nossa história, da estirpe dos grandes humanistas do Renascimento, deve ser tão exigente como os processos de canonização».

A ignorância e ingratidão do povo, porém, como a descrença dos que tinham maiores responsabilidades por mais compreensão, transparece na letra duma reportagem dessa época atrasada:

«Só mesmo a grande força da Verdade pôde ter poupado o Dr. Ricardo Jorge à morte, pela fogueira ou pelo linchamento».

Assim, o que hoje se nos afigura fácil por fazer parte de preceitos e usos diários, resumido a texto em corpos de artigos e parágrafos de pensada legislação, é somatório de valores reais, cuja merecida contemplação conduz ao deslumbramento da luta pela eliminação de causas de doença e de morte e o êxito da medicina sanitária e de seus obreiros, em faina incansável para o relevo dos efeitos crescentes, hoje reflectidos como realizações vertentes de idealizados sonhos de outrora.

Mas, cintilações admiráveis de privilegiada inteligência humana, secundada de luminoso génio e iniciativa voluntariosa, imortalizam excepcionais valores pelo que favorecem enérgica e decididamente o evolucionismo mesmo duma especialização.

É quanto se me oferece assinalar, com grafia maiúscula, de Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General França Borges, cuja capacidade polivalente, de intelectual impar, Patriota fervoroso e Cidadão íntima-

mente humanitário, tem evidenciado, de maneira inequívoca, através da sua Obra Social, cuja extensão se traduz na Lisboa nova, prendada, florida, acolhedora, saudável e expandida por horizontes que se perdem, longinquamente, para além do que nos faculta a melhor aquietude visual, ao buscarem-se, das sete colinas, os limites da moderna capital dignificante do Império Português.

Tal como Sua Excelência o Senhor Presidente escreveu, em 1967, «*Os Anais do Município, através das realizações e decisões anotadas, registam a realidade duma actuação que o futuro mais realçará.*»

Objectivos do trabalho em epígrafe:

Está-se no oportuno momento de ser feita a história elucidativa duma parcela da notável obra municipal que prossegue e cuja repercussão do passado e do presente, num futuro distante, poderá medir-se pelo quanto têm de informativo os elementos correlacionados neste pequeno trabalho, que visa:

a) Constituir subsídio histórico da actividade da Câmara Municipal de Lisboa, no seu sector da Higiene Urbana.

b) Facultar elementos de Educação Sanitária, que sobressaem dos contrastes apresentados e do seu significado.

c) Valorizar, implicitamente, o sentido prático-administrativo do Município e a sua projecção urbanística.

Da grandeza desse trabalho da perene preocupação do Município, no sector da sua Obra Social, a transcrição de recortes de artigos noticiosos apresentados é apontamento breve que não atinge, contudo, o objectivo de dar daquela Obra uma tenue ideia: «Bairros Municipais e Bairros de Casas de Rendas Económicas — Notas e factos a propósito de higiene habitacional de Lisboa — Das referências sob o tema em epígrafe poder-se-á inferir da apreciável subida de nível social e sanitário verificada nos agregados familiares, mesmo mais humildes, que beneficiam já duma habitação sua, com as incências de quem

Edificação da Rua General Silveira Freire (Olivais-Norte)



se sente premiado e, após longas esperanças, dúvidas e sonhos, está, finalmente, instalado na vida, na sociedade, no Mundo.

Obra grande, nada fácil e carecida de firme impulso, verdadeira e enérgica vontade, superior interpretação e sentido humanitário de quem a determina.

Pode considerar-se o actual engrandecimento territorial de Lisboa uma consequência do aumento da população, do comércio e da indústria dos seus habitantes, como também de outras circunstâncias especiais, nomeadamente o incremento dado ao plano de urbanização da cidade pela iniciativa do Estado na construção de Bairros Económicos, o progresso das indústrias relacionadas com a construção civil, a vantajosa colocação de capitais na aquisição da propriedade predial, o êxodo constante de um imenso número de aldeões para a capital e o palpável contributo da Câmara Municipal de Lisboa em prol da resolução do problema da habitação para as classes pobres, condicionando e favorecendo a obtenção

mais económica de terrenos à construção de prédios de renda limitada e erguendo vários Bairros Municipais. «... embora esses agregados prediais sejam bastante diferentes uns dos outros, todos têm independência, larga extensão e imponente aspecto múltiplo, típico e indicativo duma obra potentina na mais vincada acepção do termo, de constante interesse pelos fins assinaladamente úteis que visa e se traduzem na própria designação de Bairros de Rendas Económicas, em que se incluem os Bairros Municipais desta cidade, cujas edificações crescem todos os dias como pequenas moradias ou atingem vultos maiores, alongando-se na vertical, para o firmamento, a caminho de pequenos «arranha-céus», tal como se observa, respectivamente, nos Bairros da Quinta das Pedralvas, Quinta das Mouras, Charquinho e Olivais-Norte e Sul.

Como os Bairros Municipais anteriormente referidos, também o do Padre Cruz, com acesso por Carnide, Lumiar, Pontinha e Benfica, e confinante com a Serra da Luz, se situa em condições

*Outro aspecto predial da Rua General Silva Freire
(Olivais-Norte)*



não menos privilegiadas que as dos já aludidos, tendo as suas características gerais de conjunto um cunho e remate de verdadeira mestria.

Penetrando neste Bairro constata-se a regular distribuição das suas edificações habitacionais por trinta e oito ruas designadas com nomes de rios portugueses, entre estes o Tejo, que assinala a principal artéria e tem, como as restantes ruas, o seu pavimento alcatroado na superfície de rodagem e ladeado por faixas de piso devidamente calçetadas. A cada habitação corresponde um pequeno logradouro à retaguarda, geralmente cultivado e um ajardinamento apreciável à frente do prédio, matizado por variadas flores, que constituem regalo de adultos e crianças em desenvolvimento sadio. Confinante com a Rua Rio Tejo encontra-se a Capela e em frente desta o Centro Social com o posto médico (onde diariamente são feitas consultas de clínica geral e pediatria, estando assegurada a assistência médica nas restantes especialidades), o serviço de enfermagem, um depósito-farmácia, a creche, o jardim-escola infantil, a secretaria dos serviços sociais, as escolas primárias para ambos os sexos, independentes, e num segundo bloco predial, alinhando com o anterior, funcionam o salão de festas, conferências e cinema, o clube desportivo e uma delegação da Junta de Freguesia de Carnide. Num terceiro sector de edificações mais recentes, foram instaladas oficinas de trabalhos, destinadas aos habitantes do Bairro, dos dois sexos.

De capacidade apropriada à população do mesmo Bairro existem um mercado e um lavadouro público, como também não falta uma cabina telefónica. O serviço horário de transporte colectivo em autocarros faz-se com a maior regularidade. A limpeza diária da via pública, quer por varredura, quer por lavagem de rega, está a cargo de pessoal cantoneiro da Câmara Municipal de Lisboa.

Precisamente, olhado na totalidade dos seus aspectos, até à penetração no modo de vida dos respectivos habitantes e sua maior ou menor sensibilidade, pode-se concluir por uma feliz elevação do nível social dos correspondentes agregados familiares e o enriquecimento, no mesmo Bairro, de feições propícias às melhores condições gerais de vida familiar, a que não falta modelação cristã. Cabe, por último, a este bairro, a regalia



Prédio em Olivais-Sul

de poder ser considerado como padrão, por sobressair no grande plano dos Bairros Municipais, pela conjugação das suas instalações tendentes ao fim social em vista, e o manifesto devotismo desse aglomerado de muitas centenas de famílias, cada uma das quais venera, perante imagens diversas do excepcional sacerdote que deu o nome ao Bairro e deste fazem um ilimitado altar, as virtudes Desse incansável e misericordioso apóstolo do bem».

Mais recentemente, é S. Ex.^a o Vice-Presidente Aníbal David, em 1967, que afirma de S. Ex.^a o Senhor General França Borges, quando, então, reconduzido na Presidência do Município, uma promoção vastíssima de realizações:

«Quer no campo da urbanização, das Artes, das Letras, da Música, da Habitação, do Social, do Abastecimento, da expansão e engrandecimento da Cidade».

«No plano da Habitação, recorro em primeiro lugar o da construção de casas municipais para as classes economicamente débeis, com impressionante total de 2797 fogos, onde estão alojadas outras tantas famílias, distribuídas por nove bairros».

«A construção de habitações prevista: 1770 em Olivais-Norte — 7610 em Olivais-Sul — 13 000 para Chelas e Marvila. Destas encontram-se já concluídas (em 1967) 8108 fogos. Ficaram em poder do Município, para realojamentos, 2980 fogos. Durante oito anos a C. M. L. construiu e distribuiu a famílias pobres 5777 fogos».

Mas, Lisboa não é apenas uma cidade, é a Capital Portuguesa, registando-se nela factos e imóveis do maior objectivo, o seu atributo histórico, que digna e majestosamente se apresentam à admiração do público como marcos milenários; assim foi interpretado em artigo de jornal diário, cujo excerto sintetiza:

«Lisboa, tem um fulcro de iniciativa e comando de benefícios e arranjos de aformoseamento, fazendo sobressair maravilhas da cidade, esclarecedoras de inesquecíveis páginas da História famosa de Portugal, desde o infimo ao mais expressivo pormenor, justificada homenagem por razão de cometimentos heróicos, evidenciando com iluminação nocturna o relevo da totalidade dos monumentos urbanos que, sem excepção, sublinham valor português, desde o fervor impulsivo do sangue genuíno que assinalou os factos, até ao sacrifício dos obreiros que de vontade e pulso fortes construíram para a posteridade testemunho do passado. Essa determinação, ditada com antevisão do seu resultado, pois ao forasteiro, qualquer que este seja, como ao próprio ulissiponense a quem não pode escapar por toda a Lisboa esse sinal de alerta, impõe-se-lhe ao espírito raciocinar sobre o que olha, inquirir de, estudar algo, para conhecer o que se lhe depara, que vira já, mas iluminado é diferente, é mais belo, tem por certo uma razão ponderosa para assim estar, vindo a concluir por inúmeras glórias portuguesas e para além dos monumentos, que estes são mais do que pedra ou escultura, são decisão lusitana, heroísmo Nacional de milhares e milhares de irmãos dum mesmo povo lutador em defesa e prestígio da Pátria; essa determinação, como se dizia, teve a sua génese na Digm.^a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, mercê da sensibilidade de S. Ex.^a o Presidente.

Prédios e vista parcial da Rua B3 em Olivais-Sul



Tipo da construção mais modesta (Insalite) no Bairro do Padre Cruz



Aspecto da Rua do Rio Pontal, no Bairro do Padre Cruz



Moradias de alvenaria com pequenos logradouros à frente, destinados a cultivo, no Bairro do Padre Cruz



Aspecto da Rua Rio Tejo, no Bairro do Padre Cruz



Lisboa constitui hoje, perante o País e o Mundo, um amplo meio urbano, cuja grandeza e cotação de valores gerais, intrínsecos ou relativos, realizam um padrão de equilíbrio na totalidade do seu dinamismo geral, na arrumação das famílias, na disciplina da população e no conforto desta, em tão imensa cidade de luz e de fé».

CAPÍTULO I

Generalidades sanitárias e factos subsidiários interpretativos da hygiene urbana

Tão heterogéneo se apresenta o conjunto de subsídios que de algum modo constitui, mais ou menos directamente, o texto de fundo do presente trabalho que, não parecendo descabido, forçoso se torna a sua referência.

Natural é que tais elementos sejam enumerados sob adequada sistematização e indicada a revocação dos mesmos relacionadamente com o seu remotismo, bases científicas, tecnológicas, evolucionistas e histórico-sociais.

O acentuado entusiasmo e insaciável avidez despertados por todas as questões ligadas de certa forma ao que resulta de proveitoso para o bem comum, melhor se percebe pelo conhecimento de boas razões como a luta contra a morbilidade e a consequente redução da mortalidade, ligadas a antiquíssimos princípios, como os que se transcrevem, pela sua oportunidade:

«Por finais do século XIX teve enorme voga uma declaração de Disraëli, que Chadwick transmitiu ao Congresso de Higiene de Paris de 1878. — A saúde pública é o fundamento em que assentam a felicidade do povo e o poder do Estado. Considere-se o mais belo dos países; dê-se-lhe cidadãos inteligentes e laboriosos, indústrias prósperas, uma agricultura produtiva; que as artes aí floresçam, que os architectos encham o chão de palácios e templos, que para defender toda esta grandeza haja força, armas e esquadras; se a população fica estacionária, se, em cada

ano, ela diminui em estatura e vigor, essa nação deve vir a perecer.

É por isso que em minha opinião deve o cuidado pela saúde pública ser o primeiro dever do homem de Estado!».

Perante tal conjectura de ideias e suas semelhantes, afins dum sentido único igual a si próprio como à própria vida individual ou colectiva, foi adoptado o termo «Salubridade, para definir o conjunto de medidas a executar permanentemente quanto aos meios e condições naturais da vida, de forma a promover para o indivíduo um estado de saúde perfeita».

Merecem especial destaque, como factores de salubridade, ainda que antiquados e de quase comum conhecimento, os exemplos que se seguem, do domínio da história da hygiene:

«No convento de Farfa, reconstruído no século X, entre Roma e Nápoles, o dormitório dos frades estava ligado a latrinas, separadas, em número de quarenta e cinco e os dormitórios para criados tinham também suas latrinas, independentes, em número de quarenta».

Recuando mais no passado aproximemo-lo do presente:

Se para Hipócrates, que acima de tudo acreditava na natureza, a terapêutica devia limitar-se a auxiliar as forças de resistência do doente, tendo neste sentido notável preponderância medidas higiénicas, no período post-hipocrático — Aristóteles muito se distingue com profundos conhecimentos de hygiene.

É mencionável Ateneu, como precursor da hygiene habitacional e cerca de 131 é Galeno que se preocupa, principalmente, com a hygiene dos aglomerados humanos.

A identificação destes dois Sanitaristas, conduziu-os à História da Higiene, como também o foram Jerónimo Fracastoro (autor de «De contagione et contagiosis morbis»), Ribeiro Sanches (cujo «Tratado da Conservação de Saúde dos Povos» data de 1756) e outros, entre estes e de glorificação nacional Ricardo Jorge e Fernando da Silva Correia, o primeiro cujo nome nunca é



*Bloco habitacional em que cada fogo tem
r/c e 1.º andar, no Bairro do Padre Cruz*

demais repetir, até por vigorar, entre nós, com plena actualidade nalgumas facetas, a legislação sanitária da sua autoria, não obstante haver sido promulgada há mais de meio século (1901) e o segundo, que a natureza colocou entre o passado do primeiro e a projecção da sua obra e foi não menos meritório sanitaria a cujo intrínseco valor acrescem as características duma notável e fluente inteligência e invulgar dignidade, que o evidenciaram como preferido elo de continuidade vivificadora dum sentido científico posto em prática, com inegalável entusiasmo, convicção, consciência profissional de médico e professor de medicina sanitária, historiador e escritor de fina palavra, de objectividade não ultrapassada, conquistando direito a uma posição definida na galeria de honra dos Mestres.

É, finalmente, definido um aspecto do culminante desenvolvimento da Higiene pela quota parte que lhe cabe na «Organização Mundial de Saúde», cujo objectivo é a aquisição, por todos

os povos, do nível de saúde mais elevado que for possível.

Consta da alínea *i*) do artigo 2.º da Constituição Mundial de Saúde a função da Organização sobre os diversos factores de higiene do meio ambiente, tendo o nosso País a sua superior representação no mesmo organismo especializado, nos termos do artigo 57.º da Carta das Nações Unidas.

Contrariamente ao que ainda há poucos anos sucedia, hoje verifica-se e tanto é sublinhado em páginas ulteriores, serem os bairros novos construídos segundo um critério de urbanização, servidos de água canalizada e de esgotos municipais, com ajardinamentos e logradouros privativos, conveniente pavimentação dos arruamentos e estes susceptíveis de fácil limpeza por varredura ou rega. Ausência de montureiras ou de camas de mato, pocilgas, apreciáveis focos de proliferação de moscas e mosquitos, origens de poeiras ou outros inconvenientes para a salubridade dos aglo-

merados prediais e, implicitamente, dos agregados familiares seus ocupantes.

É firme objectivo deste limitado estudo que o mesmo constitua poderoso elemento demonstrativo duma obra proveitosa por si própria e quanto aos fins em vista, como ainda de feição em prol da hygiene, pelo que nela houve de espontaneidade, fé e forte devotismo de bem fazer.

Lisboa, como grande centro populacional, tem a sua maior responsabilidade no capítulo da salubridade e hygiene urbanas, donde a adopção das medidas de correcção sanitária para defesa da saúde individual e do local, até ao limite da competência das entidades actuantes, municipais, técnico-sanitárias ou outras, mercê dos possíveis recursos e prática experimental.

Do desenvolvimento de Lisboa, quanto à sua população residente e da construção predial, inclusive alguns aspectos sanitários desta, segundo os recenseamentos nas datas indicadas, tem-se

uma indicação das respectivas dimensões, apreciando os dados estatísticos que se apresentam:

I Quadro

Lugar	Prédios	Fogos	População residente
	1960	1960	1960
Lisboa	60 692	200 499	802 230

II Quadro

Densidade populacional				
Lugar				
	1864	1911	1930	1960
Lisboa	2269,9	5149,5	7060,3	9568,6

III Quadro

Agregados domésticos unifamiliares, com alojamento em prédio, segundo as características sanitárias indicadas:

ANO DE 1960								
Lugar	Sem cozinha e sem instalações sanitárias	Só com cozinha	Só com cozinha e retrete	Com cozinha, retrete e casa de banho	Com água canalizada	Com esgotos ligados à		Com electricidade
						Rede pública	Fossa	
Lisboa	1844	11 490	37 813	92 885	130 860	137 536	2380	136 223

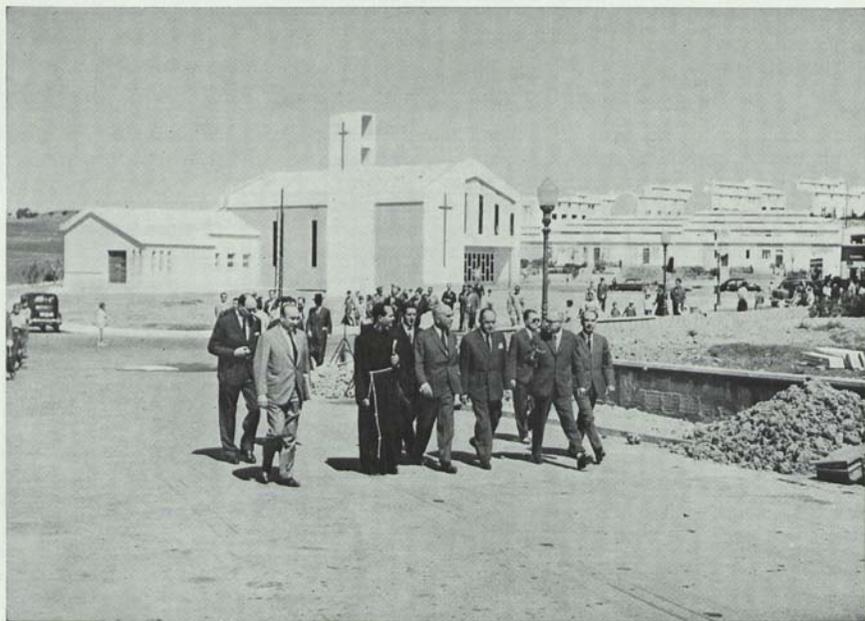
Arborização no Bairro do Padre Cruz



O Gabinete Técnico da Habitação e as suas competência e actividade, num exemplo escolhido entre os seus mais recentes trabalhos executados, dá-nos uma nítida ideia do prosseguimento da Câmara Municipal de Lisboa na sua luta bem-fazeja contra a existência de «barracas de madeira ou pequenas construções clandestinas», nomeadamente no «Bairro Chinês, da Quinta do Marquês de Abrantes e quejandos», onde numerosa população reside nas mais precárias condições de vida. Constitui, igualmente, documentação concludente a que menciona a execução dos planos I-II e III, dos fogos dos diferentes tipos, para realojamento — Vale de Alcântara, no Sítio dos Olivais, Olivais-Norte e Sul e Chelas.

Mas a importância do trabalho do mesmo Gabinete Técnico, no que reverterá em directo benefício para os munícipes e prestígio municipal, pelo quanto é favorável às condições de higiene

*Visita do Sr. Ministro do Interior a obras
no Bairro do Padre Cruz*



urbana no seu quadro habitacional de renda mó-dica ou não e pelo extermínio dos graves focos de insalubridade que os «bairros de lata» reali-zam, evidencia-se na minúcia e natureza dos seus estudos, de que são destacados apenas os direc-tamente relacionados com aspectos essenciais da higiene habitacional:

- a) Normalização de Equipamento de Cozinha.
- b) Normalização de instalações sanitárias.
- c) Normalização de canalizações de água e esgotos.
- d) Os ruídos e a «privacidade». — Factores de possível perturbação nas habitações.

Faculta evidentes conclusões e uma noção do nível de interesse dos estudos respeitantes às ru-bricas das alíneas a), b) e c), a relação com os números inscritos, sob equivalente nomenclatura, no Quadro III (agregados domés-ticos unifamiliares).

Da alínea d), pela oportunidade que tem uma alusão aos ruídos, sem dúvida factores de possível perturbação nas habitações, razão bastante para se tentar a sua eliminação, referem-se, sumária-mente, algumas das considerações feitas sobre a mesma matéria pela Repartição de Higiene Ur-bana, que por delegação de S. Ex.^a o Senhor Pre-sidente, representa a Ex.^{ma} Câmara no «grupo de trabalho para estudo da luta contra ruídos».

Alguns elementos, a título de mera referência, respeitantes ao problema em estudo

É bem conhecida a necessidade urgente de medidas possíveis para diminuir os incómodos de maior ou menor frequência, ocasionados pelos ruídos que põem em perigo a saúde e o bem estar

dos agregados populacionais, conforme a referên-cia feita numa minuta de projecto de legislação cuja cópia foi remetida aos membros do Grupo de Trabalho encarregado de estudar quanto se refere à luta contra ruídos.

Parece, entretanto, comprovado o facto de apenas mercê de complacência e persuasão não se obterem os desejados resultados de observância da lei e restante letra de matéria preceituada a bem da ordem pública, com interesse social, moral e da sanidade geral. Esta última feição, infeliz-mente, tem sido, em todo o mundo, menosprezada por grande parte de elementos sociais de todas as classes, assim o provam o estudo e esforços que a maioria dos Países civilizados, inclusive o nosso, estão fazendo no sentido de obtenção dum índice apreciável de correcção de inconvenientes dos quais uma grande parte das massas populacionais não se apercebe, talvez por «deficit» de educação sanitária e espírito de rebeldia, camuflado hoje sob a pseudo-rúbrica de personalidade.

Reportando-nos a legislação tendente à repres-são de ruídos diversos, evidencia-nos a antigui-dade do problema como preocupação de entidades oficiais directamnete intervenientes na sua reso-lução, quanto há legislado sobre a matéria em causa, com primazia da Câmara Municipal de Lisboa:

Na interpretação do problema sanitário em epígrafe importa desdobrá-lo nos seus quadros seguintes:

A) — *Os ruídos como factor de insalubri-dade nas suas consequências patológicas*, que, desde há muito, assim são reputados, verifican-do-se que impedem o sono reparador e per-turbam o trabalho cerebral, exagerando as ten-dências à excitação, provocando reacções violentas nos predispostos, agravando o sofrimento dos an-siosos (particularmente na distomia neuro-ve-getativa e menopausa), criando nos indivíduos fa-tigados física ou intelectualmente ou nos subali-mentados, um estado de intolerância propício ao desenvolvimento de perturbações nervosas e psí-quicas, sendo mais nocivos os ruídos inesperados,

São frequentes e diversas as queixas de doentes traduzindo o seu sofrimento resultante de ruídos, por uma ansiedade tal que só na morte, ou na destruição pelo fogo, ou no homicídio, contrariariam o remédio eficaz.

B) — *Apreciados os ruídos na sua intensidade e nas causas comuns da sua origem*, deparam-se-nos, necessariamente, factos bem nossos conhecidos do dia a dia, desde o significado da desagradável sensação auditiva de ruído como o resultado de uma mistura de sons confusos e discordantes, de maiores ou menores intensidade e altura, conforme os corpos em vibração, traduzíveis modernamente numa unidade de som chamada «decibel», até às conhecidas causas comuns de ruídos nas múltiplas formas da actuação humana; a hélice de uma avião (sem ser de jacto), trabalhando a cinco metros (cento e vinte de-

cibels); o som de uma telefonia plenamente aberta (oitenta decibels); o trabalhar de uma máquina de escrever (setenta decibels); a actividade de quaisquer oficinas de pequena indústria, autorizadas em prédios habitacionais ou até mesmo as indústrias caseiras, quer utilizem motores a vapor ou eléctricos, quer nelas o trabalho seja apenas manual; a maior ou menor densidade de trânsito; a proximidade das estações ferroviárias; os locais de reunião e festejos populares; o arranque e funcionamento de muitos motores automáticos de alimentação de frigoríficos industriais instalados em prédios de habitação, por exemplo em salsicharias e pastelarias; os transportes colectivos, eléctricos e autocarros em movimento; os pregões dos vendedores ambulantes; sinais sonoros de veículos (cem decibels o ruído de uma buzina forte de automóvel à distância de oito metros); etc., etc.

(*Continua*)

Inauguração e bênção do Bairro Padre Cruz



SÃO VICENTE

O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

POR

PADRE JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

CONTINUAÇÃO DOS N.ºs 116/117

A) — PERISTEPHANON

Se bem que o «Peristephanon» não seja pròpriamente um livro litúrgico, citemo-lo em primeiro lugar pois muitas das suas expressões poéticas encontram-se disseminadas pelos livros do culto oficial da Igreja tanto do rito latino como do moçárabe.

«Peristephanon», colecção de poemas sobre as coroas, os prémios, é um livro feito por um peninsular eminente, Aurélio Prudêncio Clemente, não no gosto da Península que o viu nascer, mas ao sabor da Roma Imperial, da Roma eterna onde ele passa os derradeiros anos da sua existência.

Aurélio Prudêncio Clemente não é pròpriamente um historiador, antes um poeta e um lutador.

Como poeta lírico ele, na sua obra admirável, obriga-nos a recordar os grandes clássicos, como Horácio e Virgílio; como poeta ele, desprezando deuses e musas, é um autêntico romano que versifica à maneira da Roma Imperial, da Roma dos campos de jogos, das lutas e das arenas, tudo isso engalanado por coroas de louros, por coroas murais e por coroas cívicas e daí o seu tratado poético sobre louros e coroas dedicadas aos que combatem e vencem, coroas para os que combateram por Cristo. «Peristephanon», cântico de vitória e de triunfo!

Aurélio Prudêncio Clemente, não canta apenas os que combatem, ele mesmo é um lutador; os títulos dos seus escritos o denunciam claramente, «Contra Symmacum», contra Patripassianos, contra «Sabellianos», contra «Judeos» contra «Homuncionitas», contra «Fantasmaticos» e contra «Marcionitas».

O próprio «Peristephanon», embora em verso, é um tratado contra a onda de paganismo e idolatria em que se afundava o Império e bem se pode dizer que ele veio inaugurar um novo género de epopeia, a epopeia cristã vencendo e calcando a pés a mitologia e a idolatria.



Ao referir-nos a Aurélio Prudêncio Clemente, poeta dos fins do século III e princípios do IV e ao seu «Peristephanon» em especial é nossa intenção pôr em destaque o Vº Hino, conhecido por «Paixão de São Vicente» o qual consta de 576 versos e por isso um dos seus poemas mais extensos.

A abertura do poema, os seus primeiros doze versos, é simplesmente formidável, desde o «Alegra-te ditoso mártir no dia em que recebeste a coroa, preço do teu sangue», até «companheiro dos Anjos com a veste brilhante que lavaste em rios de sangue».

Estampa do «Livro de Horas» de D. Manuel I, existente no Museu de Arte Antiga, em Lisboa, representando os diversos mártires de São Vicente



Beate martyr, prospera
diem triumphalem tuum,
quo sanguinis merces tibi
corona, Vincenti, datur.

Hic te ex tenebris saeculi
tortore victo et ludice
euexit ad caelum dies
Cristoque ouantum reddidit.

Nunc angelorum particeps
conlucis insigni stola,
quam testis indomabilis
riuis tuoris laueras.

Segue-se o diálogo, por vezes violento, entre Vicente e Daciano, o Magistrado de Roma; em seguida as cenas do martírio (tortura, o fogo, o cárcere e finalmente a glorificação do atleta de Cristo:

O miles inuictissime (⁶⁵),
fortissimorum fortior,
iam tibi ipsa saeuca et aspera
tormenta victorem trement.

Perante a calma do Soldado Invicto, Daciano torna explosiva a sua cólera:

Euasit exultens, ait (⁶⁶),
Rebelis et palman tulit

Não conseguindo vencer a mentalidade de Vicente, Daciano possuído pelo desespero vingasse no seu corpo; manda-o lançar num pântano, exposto às aves de rapina, em seguida Eumórfio vai com o cadáver para o mar largo onde o lança na profundidade das águas; tudo inútil, nem o peso da mó facilita a lúgubre tarefa; a memória

de Vicente jamais é esquecida e então Aurélio conclue:

Tu solus, o bis inelyte,
solus bravii duplicis
palmam tulisti, tu duas
simul parasti laureas ⁽⁸⁵⁾

e termina:

Adesto nunc et percipe
Voces piecantum supplices,
nostri reatus efficax
orator ad thronum Patris.

Foi mesmo nossa intenção inserir nesta obra a célebre «Paixão de São Vicente», não apenas por a sua leitura ser muito interessante mas também por ele ter vivido numa época muito próxima da do grande mártir das Espanhas São Vicente, muito embora ela não seja uma fonte abundantíssima da história do mesmo Mártir pois Clemente não é um historiador na verdadeira acepção da palavra em nossos dias pois no seu tempo podemos igualá-lo a Tito Livio ou a Tácito; verdade seja que na beleza da sua forma nos recorda a Iliada ou a Eneida, uma e outra baseadas na tradição e assim tece uma grinalda, toda ela poética, verdadeira coroa de louvor aos que lutaram e venceram.

Mas... sempre o eterno mas... o V.º Hino foi escrito em latim; traduzi-lo, tirá-lo da sua forma original é tirar-lhe todo o sabor; ora o conhecimento do latim não é tão geral e profundo como se pensa, mesmo entre pessoas dedicadas às letras; sendo assim, iríamos alongar bastante e sem grande vantagem a exposição do assunto tão interessante como seja a citada obra, obra que nos apresenta certas facetas como seja o conhecimento do estado de espírito daquela época como a posição entre o cristianismo construtivo e o paganismo e idolatria brutais, o pensamento cristão frente à perseguição, manifestações de naturalismo, lirismo e pensamento político de Prudência, a Renascença e bem assim a maneira prudentiana de encarar a arte antiga confrontando-a com o segredo que o cristianismo traria ao Mundo.

Resolvemos então transcrever o Vº Hino do «Peristephanon» e oferecer duas cópias, uma para o «Arquivo da Sé de Lisboa» outra para o Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa facilitando aos estudiosos a inte-

ressante obra, pois que a eles mais do que a ninguém pode interessar o estudo do assunto, não esquecendo que o «Peristephanon», como muito bem se afirma na «Collection des Universités de France» ⁽⁸⁶⁾ é obra dum letrado para outros letrados, apresentando-nos aquelas imitações incomparáveis ou reminiscências dos grandes poetas clássicos.

E porque usando a Liturgia Romana imensos trechos do «Cathemerinon» do mesmo autor só ⁽⁸⁶⁾ aproveitou em pouco, mais nos Breviários do que nos Missais, os belos poemas do «Peristephanon»? De facto a ideia era de aproveitar mas ao contrário de quantas Liturgias cristãs têm existido ou existem a Liturgia romana é a mais breve (uma das suas características). O inserir as longas «Paixões» do «Peristephanon» não condizia com a sua índole, já tradicional ⁽⁸⁷⁾.

Foram estas «Paixões» aproveitadas para o culto moçárabe e entre elas o V.º Hino, distribuído, nas suas inspirações mais elevadas sobre S. Vicente no «Inlatio» e outras seqüências da respectiva Missa o que torna essa e outras Missas mais extensas, nota peculiar de tal culto.

B) MISSA MOÇARABE

1) Um curioso manuscrito de 1778

Na Sé de Lisboa, na verdade, constituiu autêntico achado, o aparecimento do manuscrito «Architecto Pio e Concorde» pertencente à Fábrica da mesma Sé e actualmente arrecadado num cofre do Paço Patriarcal.

Valioso pelo seu conteúdo e pelas prestimosas informações do século XVIII (e até anteriores), é um manuscrito do século XVIII (1778), posterior ao Terremoto e escrito por António Lage que viveu antes do grande cataclismo ao qual sobreviveu e, que Mgr. Manuel Pereira dos Reis ⁽⁸⁸⁾ classifica de Cerimoniário ou Sacrista-Mor de alguma grande igreja de Lisboa.

O estudo do citado livro foi feito em Setembro de 1940, pelo referido Mgr. licenciado em Teologia e cônego da Sé Patriarcal.

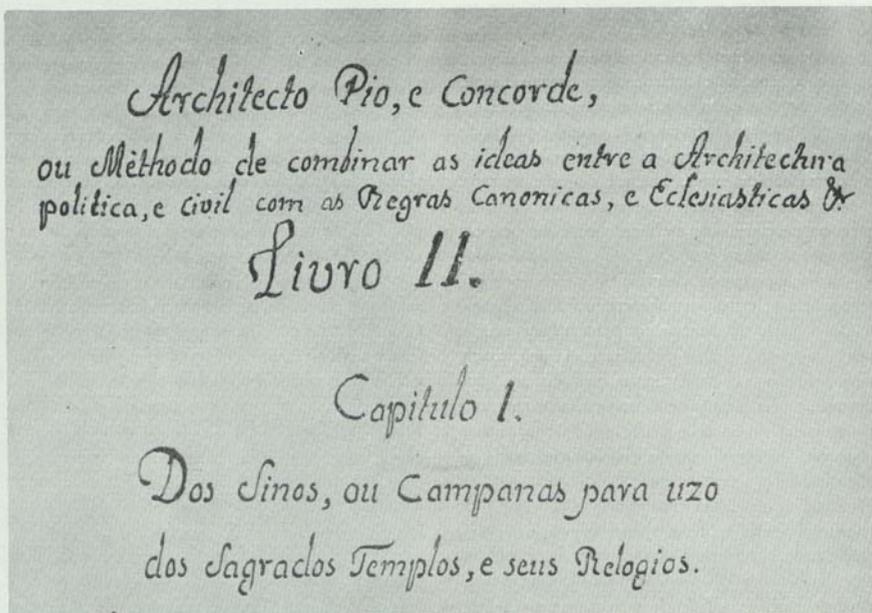
O livro consta de 337 páginas estando encadernado e tendo na lombada apenas: «Archit Sacra». Foi nesse manuscrito que Mgr. Pereira

dos Reis encontrou, a páginas 180 o que se transcreve:

«O mausoléu d'El-Rei que é D. Afonso IV e com sua mulher a R.^a D. Beatriz estava e está à parte de Ev.^o e defronte na pte da Ep.^a estava o altar em cuja tribuna estava a riquíssima e grande cápsula de prata, digníssimo depósito do organizado cadáver do Invicto Mártir S. Vicente Padroeiro desta cidade de Lisboa, que desde a fundação da monarchia pelo invencível Rei D. Afonso I ali perseverava até que em a nossa infausta época e sòmente bem infausta por semelhante perda com o incêndio do terremoto.

Esta capela preciosíssima pelo que continha, não era menos estimável pela sua matéria, e feittio, sendo mármore fino com embutidos, e de sublime lavor; arrematava em cima da sua tribuna com o vulto do S. Padroeiro, envolto em glória de resplendor, nuvens e Anjos e o S. Vestido de Diácono com coroa, e palma, e tudo de jaspe e de lavor admirável. No seu altar todos os dias se cantava a Missa desse Santo *em rito mozarábico*.

Fotografia da II parte do «Architecto Pío e Concorde»



lemos os Comentários dos Apóstolos e os escritos dos Profetas. . . Quando o leitor termina de fazer a leitura, o Bispo, numa homilia, admoesta e anima a imitar tão admiráveis ensinamentos. A seguir todos nos levantamos e lemos as preces.

«Terminadas as orações, saudamo-nos com o ósculo. Depois, trazem pão e um recipiente de água e vinho ao prelado de todos os irmãos. Ele recebe-os e em voz alta prorrompe em louvores e glórias ao Pai de todas as coisas pelo nome do Filho e do Espírito Santo, demorando-se em ações de graças por tais

Gravura dando conta de uma pugna entre os partidários dos ritos romano e gótico



Joannes Ruizius, ex familia Mutancia, pro Officio Gothico vicit.

benefícios d'Ele recebidos. Todo o povo presente responde: «Amen» . . .

Acabadas as graças e a resposta do povo, aqueles que entre nós tem o nome de diáconos, dão a provar o pão, o vinho e a água às pessoas presentes pelas quais foram dadas graças, e depois levam-nos às pessoas ausentes. A este alimento chamamos nós Eucaristia. . . . A palavra da oração (a fórmula da consagração), que tem sua origem n'Ele (o Verbo) . . . , faz também que o alimento que pela sua transformação nutre nossa carne e sangue, se converta na carne e sangue do mesmo Jesus Incarnado» (Apologia I 65-66).

Ensinada primeiramente nos séculos I e II pelos Apóstolos Pedro e Paulo e depois por S. Justino e outros Santos Padres, ela por ser o acto principal dentro da religião cristã dá origem a novas liturgias com S. Basílio, Crisóstomo e Ambrósio.

Nos primeiros cinco séculos, na Península, vigora a «Liturgia Hespânica» que no século V foi muito deformada pelos erros do arianismo que os godos defendiam⁽⁸⁹⁾.

Renunciando Recaredo, rei dos godos, a esse e a outros perniciosos erros estabeleceu-se no 3.º Concílio de Toledo, que à Liturgia Hespânica se desse nova feição a qual recebeu o título de «Liturgia Gótica».

Em 714, (século VIII) os árabes invadem os Reinos Cristãos da Península, perseguem a religião católica, queimam e destroem, permitindo apenas que em toda a Espanha ficassem abertas apenas seis igrejas; entre elas estava a da cidade de Toledo. Passado o furor dos primeiros tempos a princesa Cacilda, filha dum rei de Toledo, a qual unindo-se aos fervorosos crentes, contribuiu para se estabelecer um novo culto que passou a designar-se «Misto-Árabe» ou «Moçárabe».

Em 1085 Afonso VI reconquista Toledo principiando a estabelecer em Espanha o Rito Romano como já sucedera em França. Os fiéis de Toledo continuam porém aferrados ao Rito Moçárabe e então isso transforma-se em «pomo de discórdia»; depois do cruel duelo em que triunfa o Rito Romano, Afonso VI determina que o rito moçárabe só será observado em seis freguesias da cidade de Toledo, antiga capital da monarquia visigótica.

Na Biblioteca de Toledo ainda se conserva um manuscrito (série 30-N.º 2) do célebre Missal Moçárabe, com notas de música e em letra gótica.

Este rito puramente moçárabe com seu Missal, perdura até ao tempo do Cardeal Francisco Ximenes de Cisneros, Arcebispo de Toledo, um dos grandes de Espanha. É no tempo deste Cardeal que se opera uma transformação profunda no Ofício e Missal moçárabe de maneira que a genuidade desse rito sofre com ela.

Mandara o Cardeal rever e com razão os dois livros litúrgicos do rito antigo, pois uns já mal se conseguiram ler pela acção do tempo e noutros as transcrições estavam erradas ou parcialmente obliteradas. Aproveitou-se a oportunidade para em certo modo aproximar o moçárabe do romano e assim o novo Missal resultou em parte da originalidade do rito moçárabe e da brevidade do rito romano.

3) O Rito da Missa moçárabe.

Como não cabe nos limites duma revista municipal um estudo profundo sobre esta Missa, estudo feito por mim durante anos o qual será entregue no «Gabinete dos Estudos Olisipenses» e no «Arquivo da Sé Patriarcal», limitámo-nos a dar as principais notas sobre o andamento desse acto que através da liturgia moçárabe tem uma viração de espiritualidade verdadeiramente extraordinária e reconfortante.

Pena foi que os cavaleiros da Reconquista tivessem morto o Bispo moçárabe que pontificava em Lisboa nesses dias de excitação (pois foi tomado por irredutível mouro), pena é também que em Toledo dos nossos dias não tenha havido aquele espírito de colaboração que encontramos em outras terras de Espanha, pois tanto no primeiro como no segundo caso, tudo teria sido muito mais fácil.

Porém, Deo adjuvante, muito se conseguiu sobre a reconstituição dum acto de culto que se deixou de praticar na vetusta Sé da querida Lisboa desde 1755 e por isso há mais de duzentos anos.

Serviu-nos de guia além do Missal que se conserva na Biblioteca do Magestoso Palácio de Mafra⁽⁹⁰⁾:

1) a edição do «Missale Gothicum» (91)
2) as Missas Gothicæ et Officii Muza-
rabici (92), edições cuja consulta nos foi facilitada
pelo Em.^{mo} Cardeal D. Manuel Gonçalves Cere-
jeira, espírito culto e glória da diocese Olisipo-
nense.

A Missa principia, assim nos podemos ex-
primir, não quando o sacerdote chega ao altar,
mas quando o celebrante chega junto dos para-
mentos; ajoelha aí e reza quatro vezes a «Avé
Maria», benzendo-se em seguida para logo tomar
sobre si os paramentos o que é acompanhado com
sublimes orações.

Uma vez paramentado segue para o Altar
sempre rezando mas, antes de dizer a confissão,
reza de novo a «Avé Maria». A confissão que
no rito romano era bastante extensa no rito moçá-
rabe quase por antítese é breve em extremo (93).

Segue-se um piedoso diálogo com os fiéis.
Aproximando-se então do altar o sacerdote faz
sobre ele o sinal da cruz procedendo por esta
forma à «Adoração da Cruz» a que se seguem
as respectivas orações.

Acabado isto estende o corporal (sempre re-
zando), limpa o cálix lançando nele o vinho e
água, pondo depois a hóstia na larga patena.

Seguem-se as leituras (epístola, Evangelho,
etc.) e, terminadas estas oferece primeiro a hóstia
e depois o cálix. Dadas as circunstâncias, serve-se
do turbulo para incensar.

Chegou o momento de lhe ser apresentado,
do lado da Epístola, um manuscrito.

= Omnium offerentium =
contendo as orações comuns do Sacrifício corres-
pondente ao «Ordinarium Missæ».

Em seguida vem o «Adjuvate me fratres»
(ajudai-me, meus irmãos) correspondente ao
«Orate, fratres» do rito romano.

Segue-se a frase: — INCIPIT MISSA

A ela se sucedem as seguintes lições e actos
litúrgicos:

1.º — Oração própria da Missa logo seguida
de outras.

(Offerunt Deo Domino oblationem Sacerdoti
nostri Papa *Romensis*, etc. (94).

2.º — Facientes commemorationem beatis-
simorum et Martyrum gloriosa Sancta Maria...

3.º — Item pro spiritibus pasantium.

Comemoração dos Santos Hilário, Ambrósio,
Atanásio, Martinho, Agostinho, etc., Presidentes
das Sés de Espanha, antes e depois dos Mouros
finalmente Arcebispos de Toledo depois da Re-
conquista, como, Bernardo, Raimundo, etc. (95).

4.º — Post nomina (96).

5.º — Ad pacem — O RITO DA PAZ —
«habete osculum dilectionis et pacis».

6.º — Inlatio. Resumo da festa ou vida do
Santo. Espécie de Prefácio romano mas muito
desenvolvido.

7.º — Sanctus, Sanctus, Sanctus.

R/Agyos, Agyos, Agyos.

CANONE

8.º — Consagração. Adesto, Adesto, Jesu
Bone.

9.º — Post pridie. In qua nocte tradebatur.

10.º — Fidem quem corde credimus. (Antes
tira a hóstia da patena pondo-a sobre o cálix.
Ditas as palavras eleva a hóstia para ser vista pelo
povo.

11.º — Símbolo constantinopolitano. Credi-
mus.

12.º — Fração do pão que é dividido em
nove partes.

12.º-A — Pater noster.

13.º — Memento pelos vivos.

14.º — Prefácio (Pater noster).

15.º — Liberati a malo (Correspondente ao
Nobis quoque peccatoribus).

16.º — Memento pro mortuis.

17.º — Comunhão.

18.º — O comunicantes é cantado nas Mis-
sas solenes. (Confortados com o Corpo e Sangue
de Cristo, nós te louvamos Senhor. Alleluia,
alleluia.

19.º — O sacerdote vai para o lado direito
do altar e reza uma oração.

20.º — Caminhando para o meio do altar
diz: — «Dominus sit semper vobiscum» (O Se-
nhor esteja sempre convosco. Nas Missas solenes
o diácono dirá: — «Solemnia completa sunt»!
(Está terminada a solenidade).

21.º — Terminada a Missa o sacerdote, de
joelhos, rezará a antifona «Salvé Regina» segundo
o antigo rito de Toledo.

22.º — Antes de retirar abeçoã o povo mas voltado para ele; esta a única ocasiã em que o faz além do momento solene do Ofertório.

A Missa Moçárabe, em teoria, desenvolve-se dentro destas linhas esquemáticas; na prática, pela sua própria estrutura terá de caminhar na uniã íntima com Cristo.

Se a este esquema acrescentarmos as orações e leituras próprias de cada Missa teremos encontrado certamente um quadro da mais alta espiritualidade, cena eucarística verdadeiramente reconfortante, autêntico contacto com a Igreja nascente, a Igreja dos primeiros séculos. Não esqueçamos que São Vicente foi um dos mártires desses tempos calamitosos, mas... venceu.

4) Missa Moçárabe de SÃO VICENTE «Santoral»

Tão próxima dos tempos da perseguição ela retrata bem o estado de espírito da época principiando pela frase bíblica «De profundis clamavi ad te Domine» (Clamei a ti Senhor do íntimo da minha alma) frase que bem traduz a angústia dos cristãos. Nas orações pede-se força para ultrapassar os supplicios. Nas leituras: — Livro do profeta Isaías — Epístola de S. Paulo aos Coríntios (II—Cap. XI)—Evangelho de S. Lucas, há referências bem claras ao poder de Deus no momento do perigo (Isaías), à protecção que veio sobre S. Paulo (Epístola) e ao valor moral (Evangelho). Nem vamos chamar a atenção em especial para o «Inlatio», verdadeiras folhas de triunfo do que lutou por Cristo, Vicente, o que venceu.

C) MISSA «Laetabitur».

(Rito latino).

A par da Missa moçárabe em honra de São Vicente, cujo original ficará no «Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa» surge, à nossa consideração, uma outra, a Missa «Laetabitur» do rito latino e assim designada por principiar por essa palavra, missa também secular pois já no século IX ela se encontrava disseminada em quase toda a Europa e que na nossa Lisboa ficou substituindo, depois do Terremoto, a Missa moçárabe.

Fotografia do «Pater Noster», com música e acompanhamento por parte da assistência nos quatro «Amen» intercalados (característica do culto gótico)

OMNIUM OFFERENTIUM.

211

mortuus. Cuius regni non erit finis. Et in Spiritum Sanctum Dominum vivificantem & ex Patre & Filio procedentem. Cum Patre & Filio adorandum & conglorificandum. Qui locutus est per Prophetas & unam sanctam Catholicam & Apostolicam Ecclesiam. Confiteor unum baptisma in remissionem peccatorum. Expectamus resurrectionem mortuorum & vitam venturi seculi. Amen.

Tollit hęc frangat Presb. Eucharistiam in medium: & panem mediam partem in patenam: & de alia parte faciat quinque particulas & ponat in patena: & accipiat aliam partem & faciat quatuor particulas & ponat in patena: similiter per ordinem factas

per prescriptas rotas. Et statim purget bene digitos. Et cooperito calice faciat Mementopro vivis. Et perfecto Symbolo dicat Presb. ad orationem Dominicam equaliter. Oratio.

O Remus. Apollito tuo Jacobo Domine edocente premonemuri ut si quis nostrum indiget sapientia: possulet a te: quia das omnibus affluenter: & non impropas. Sed quia ad te pervenire cupimus per Christum: qui est virtus tua & sapientia: id agere praeoptamus. Postcenses elementiam tuam: per eum qui apud te advocatus factus est nositer. Ut pervenire nos ad te facias: & oratione quam ipso Domino influente didicimus ad te introire permittas: proclamantes e terrore

5
6
6
6
70

20 Pater noster qui es in caelis. Amen. Non est fictur nomen tuum. Amen.

25 Adveni at regnum tuum. Amen. Fiat voluntas tua a si cut in celo & in terra. Amen. Pa nem nostrum quo ti di a num da nobis hodie. Qui a

30 De us es. Et di mit te nobis de bi ta nostra si cut & nos di mitti mus de bi

35 to ri bus nostris. Amen. Et ne nos in du cas in tenta ti onem. Amen. Sed libera

40 nos a ma lo. Libera ti a ma lo: con fir ma ti semper

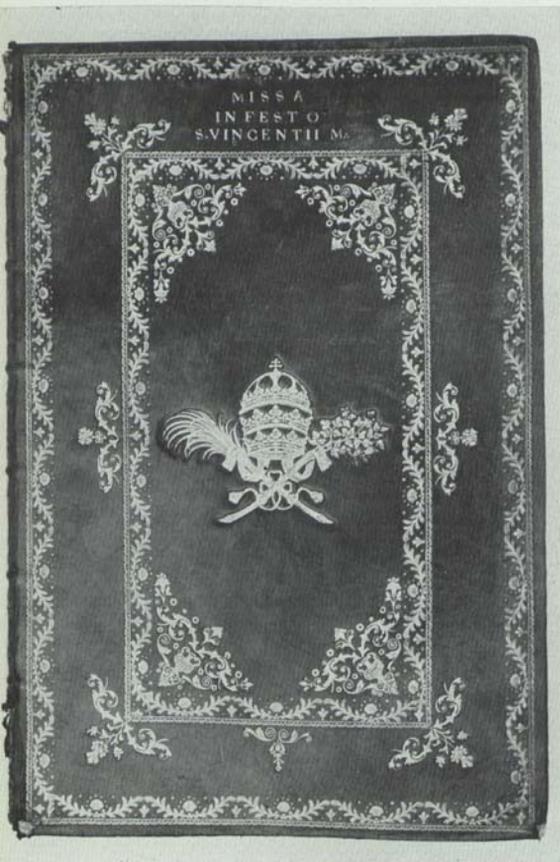
45 in bono: ti bi fer vi re me re amur De o ac Do mi no nostro i pone

50 Do mi ne si nem. Hic percutia Sacerdos peccatis no stris da gav di um tri bu

la tis pre be redem pti onem ca pti vis: la ni ta tem in firmis: re qui emque

defun-

Fotografia da capa e rosto do artístico
Missale de S. Vicente (*Missae Laetitia*)



Foi durante 12 anos que a Capela-mór da Sé ficou em ruínas, repleta de entulho; por dificuldades de vária ordem as obras só recommçaram dez anos depois e portanto decorrido um quarto de século, o bastante para interromper uma tradição ritual diferente do rito latino, já bastante conhecido.

Mais tarde, em nossos dias, surge uma outra Missa, ou seja a Missa «In virtute» sobre a qual nos julgamos dispensados de fazer qualquer comentário, pois parece-nos que os textos da mesma não vêm a propósito nem a despropósito da glória merecida ao querido Padroeiro da nossa Lisboa sempre jovem e grácil, é certo, mas amiga das velhas tradições que acarinha como as avós acariciam e beijam os seus netinhos; nisto é que está a sua beleza; sempre moça com a frescura das suas avenidas e parques, mas sempre velha com o seu castelo, com suas tradições, com sua Mouraria e sua Alfama e... com o seu Tejo, o fiel companheiro de sempre que, confiante nela dorme a seus pés. Abençoada Lisboa...

Nesta hora em que uma parte dos homens se lança em busca do que é material e só material é consolador verificar que, com ansiedade, outra parte procura o que é puramente espiritual e o que é moral; eis a vitória do espírito sobre a matéria, lema do grande Vicente, nosso Patrono; eis a reencarnação (que ninguém veja neste termo um sentido pejorativo ou enfeitado), a vivência do grande vulto na pessoa de muitos homens não só na antiguidade como em nossos dias.

Para além dos séculos III e IV foi objecto da admiração e veneração de muitos povos desde a França ao norte de África e mais tarde desde a Alemanha e Suíça até Portugal, até Lisboa.

Um estudo feito, ainda que à ligeira, pelo Dr. Avelino de Jesus da Costa, da Universidade de Coimbra, revela-nos: «Nos documentos medievais portugueses menciona-se S. Vicente como titular primário ou secundário de igrejas e mosteiros as seguintes vezes: em 656, São Vicente de Braga, mais 4 vezes no século X; 18, no século XII e 32 no século XIII ou seja um total de 59 igrejas e mosteiros em que São Vicente figura como Padroeiro principal ou secundário. Em 1321, aparece como titular de mais 8 igrejas nas dioceses a sul de Coimbra, mas é de crer que nestas últimas fosse titular de outras igrejas e em datas

muito mais antigas, como é o caso de São Vicente de Fora».

Na importante documentação de Solesmes encontramos duas Missas do século IX; por sinal a «Missa Laetabitur» com a sua anotação neumática uma de São Galo e a outra aquitana. Missas com nove séculos de existência que nos falam do amor a S. Vicente, nesses dias de fervor.

Em nossos dias, por certo não se apagaram as esperanças radiosas de assistir à renovação do culto ao glorioso Mártir.

Sabemos que D. Maria Dolores Mateu Ibarre, arquivista de Lá Corona de Aragón (que a sua modéstia nos perdoe a inconfidência), prepara em valioso trabalho histórico uma justa homenagem ao Mártir de Valência e que em Itália, o génio de Pietro Zampieri vai levar a cabo uma edição monumental sobre São Vicente a propósito da transferência (em retorno) das relíquias do Mártir anunciada para 1970 as quais tinham sido levadas para Bari por um bispo moçárabe, e sinal deste ressurgimento é a publicação deste trabalho «S. Vicente Padroeiro de Lisboa» pois em Portugal só existiam modestas pagelas e um interessante livro feito por um dos bispos do Algarve, D. Francisco Gomes (S. Vicente Levita e Mártir).

Sob o título «O Mártir S. Vicente e a sua Liturgia» o cônego Manuel Falcão, da Sé de Lisboa, sob o pseudónimo de «Gregórius» publicou em 1957 um interessante livro que entre outros assuntos foca a questão da Missa «Laetabitur» que como «velha» foi atirada para o canto.

Entre todos os trabalhos escritos incluindo o de D. Francisco Gomes que aqui ou acolá é difícil de ser sujeito à crítica e o nosso próprio trabalho pleno de deficiências e lacunas que outros mais novos poderão suprir no futuro, parece-nos que o trabalho de «Gregórius» é o mais valioso que apareceu até à data em língua portuguesa; da amplitude do exaustivo estudo no qual se demonstra a divulgação da devoção a S. Vicente Mártir pela França, pela Inglaterra, pela Itália, por Portugal, pela Espanha, pela Alemanha e Suíça dá-nos uma vaga ideia a nota que fomos autorizados a transcrever⁽⁹⁷⁾.

Oxalá que o ilustre cônego, agora Bibliotecário da Universidade Católica de Lisboa, não tenha peregrado no deserto; que o seu parecer seja



Fotografia do quadro da glorificação de S. Vicente (inspiração italiana?) (Missa Laetabitur)

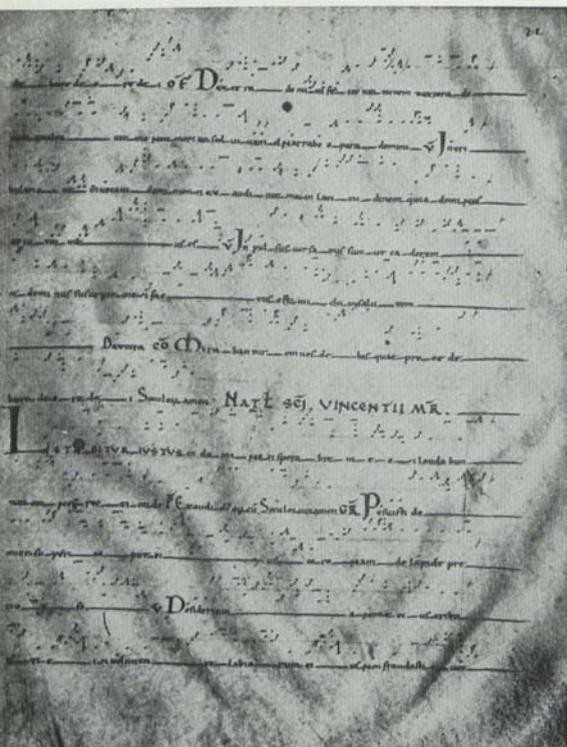
escutado com sabedoria e que se reponha no seu lugar o que está desarrumado há perto de meio século.

D) O Missale de São Vicente

Nos fins do reinado de D. José I e princípios do de sua filha D. Maria I juntou-se na Sé de Lisboa uma coleção de livros preciosos, todos em pergaminho, artisticamente iluminados e encadernados; ao todo trinta e três livros.

Em geral são «Missales»⁽⁹⁸⁾ se bem que entre eles se encontrem Vesperários e livros do ritual romano.

Compreende-se que para certas solenidades do ano às quais se queria dar um relevo especial o esmero era nota sobrelevante e assim o próprio livro era abrangido na sua qualidade e na sua arte; estávamos ainda nos tempos da faustosa S. L. E. (Santa Igreja Lusitana).



«Missa Laetabiter» com anotação aquitana (Séc. IX)—Reproduzida da *Paleographie Musicale*, publicada sob a direcção de Dom André Mocquereau monge de Solesmes, Vol. XIII. Tournay, 1925

Que a festa de São Vicente estava nesse número não nos pode restar a menor dúvida a avaliar pela leitura dum curioso «Formulário» encontrado no Palácio da Ajuda em que são notadas as usanças nas festas próprias e nas do tempo:

Janeiro

Prelado

- 21 *Véspera de S. Vicente... as quais celebra de Pontifical, Formálio rico, mitara, de perolas, e Aurepfriga no acompanham|to.*

Janeiro

Prelado

- 22 *Dia de S. Vicente... Celebra a Missa de Pontifical, Formálio rico, Mitara Precioza, na cabeça, e leva seis mitaras seguidas humas as outras bindo a mitara Regnum em sexto lugar, e depois desta a de perolas, e Aurepfriga, ambas unidas, e sete seriais, e tão bem leva Turibulo, o qual S. Em.^a fas em a Camera de paramentos antes q̄ tome o Pluvial e vaiz debaxo do Paleo p.^a fora porerem não serecolbe a dita Camera de paramentos, mais q. so com os felabellos q̄ tão bem o acompanhão p.^a fora No fim de Tercia o Souto Sacristia, se achava ao pé do trono p.^a receber o Formálio e Pluvial, estola, singolo, q̄ antão larga p.^a se paramentar.*

O Missalete de S. Vicente está ricamente encadernado em marroquim vermelho, com ornatos dourados, mede 460 por 320, tendo trinta e oito folhas em pergaminho, manuscrito com iluminuras; no interior da primeira capa tem um impresso colado com os seguintes dizeres:

C. M. L. Exposição Internacional
(Brazão) L'Âge d'Or Des Grandes Sités
Gand — 1958

A primeira página é seguida da do admirável quadro da «glorificação de S. Vicente» ostentando na parte inferior da tarja a *caravela tradicional* alusiva à trasladação das relíquias do Cabo de S. Vicente para Lisboa.

Logo de início, no introito, irrompem as palavras de alegria «Laetabitur» (Alegre-se o Justo no Senhor...) e então lá encontramos na respectiva capitular, os Paços da Ribeira. Lisboa que se alegra com a chegada da nau. Sim, «Laetabitur»!

Passadas, perto de meio cento de capitulares, e já no final da Epístola de S. Paulo aos Hebreus (Sancti per fidem vicerunt regna — os Santos, triunfaram pela fé...), surge-nos, na capitular correspondente, uma casa com a chaminé a fumar, talvez um recordar da cena «del Horno», da tradição valenciana, seguindo-se mais 22 vinhetas cuja interpretação é mais ou menos enigmática, nas quais surgem motivos como estes: rios, pontes, casas, pântanos, etc. Surge então o belo quadro do Canone. A Crucificação é um motivo quase universal destas páginas, como se sabe; notemos porém que confrontando esta com as dos outros nove Missais, observamos que sendo a cor dos vestidos igual em todas «sinal que tudo foi orientado por um único artista» (99).

A posição das figuras varia de quadro para quadro e até a do sol tomando diversos aspectos e posições no horizonte.

Seguem-se mais vinte vinhetas e capitulares de difícil interpretação mas, chegados à capitular correspondente à comunhão do cálix «Sanguis Domini Nostri — O Sangue de Cristo — aparece-nos uma capitular de fácil interpretação, a nau contornando o Cabo de S. Vicente, o qual é facilmente reconhecido não apenas pela sua posição sobre o Oceano, como também pelo leixão que o antecede e lhe fica fronteiro seguindo-se mais 12 cuja interpretação não se afigura difícil em extremo, entre elas a que representa uma igreja em ponto longínquo.

Podemo-nos convencer de que estas figurinhas que só poderiam ter sido executadas para um olhar de lince, não foram postas ali ao acaso.

No mesmo período de tempo (século XVIII) passava-se idêntico proceder na azulejaria; senão, vamos ao magestoso claustro de S. Vicente de Fora onde admiramos os quadros que nos seduzem mas que, se estivermos atentos durante algum tempo, concluiremos que são fábulas que o autor nos apresentou duma maneira inteligente e graciosa. A seu tempo pois, o assunto «depois de estudado» ficará esclarecido e assim serão conhecidos em toda a sua amplitude os valores que a

nossa Sé de Lisboa encerra em si e dentro das suas paredes.

Não nos referiremos detalhadamente aos restantes 32 livros outras tantas preciosidades, pois isso não cabe no âmbito do nosso tema. De resto, os valores artísticos não se encerram apenas em tais ou semelhantes livros, pois esses valores vão desde os trabalhos de arquitectura até às valiosas tapeçarias, ao rico mobiliário, interessantes jóias em ouro e prata assim como as valiosas colecções de parentaria.

Em geral tais paramentos, expressão da arte portuguesa, foram manufacturados nesta cidade de Lisboa após o Terremoto nos tempos de D. José I e de sua filha D. Maria I, como consta do «Liv^o dos Bordados» existente no arquivo da mesma Sé e no qual estão registados além das importâncias dispendidas, os nomes dos artistas e quantidade de tecidos e passamanaria empre-

A artística página do Canone
(Missa Laetabitur)



O cálix com que se costuma celebrar na Sé Patriarcal, no dia de S. Vicente, todo ele Renascença excepto o nó que é gótico e no centro do qual está a imagem de S. Vicente. No copo lê-se: «Calicum salutaris accipian et nomen». No pé lê-se: «este calix dichou Vasco Fernandes Quar-tanario da Sé»



gados. Fala-se muito nos paramentos de D. João V mas se existem serão raros pois a totalidade deles desapareceu nos sucessivos incêndios (2 devido a sinistro e 3 preparados pelo criminoso armador Alexandre Franco Vicente) (100).

Um especialista investiga neste momento os escudos bordados em algumas capas preciosas, pois é sabido que da Igreja Patriarcal Lisbonense, criada pela Bula «Supremo Apostulatus Solio» (1716) faziam parte fidalgos das casas dos Marqueses de Távora, Condes de Atalaia, Redondo, Sabugosa, Avintes, Lavradio, Assumar, Vimieiro e Sant'Iago.

No entanto, acima de todos os valores materiais e artísticos, possui a Sé um tesouro valiosíssimo que certamente os prezados habitantes de Valência, desejariam possuir, *As Relíquias de São Vicente* encerradas numa valiosa arca de madreperola (arte indo-Portuguesa) e em segunda e última referência a elas, nós, fazendo-nos eco do parecer duma Comissão Canónica do século XVIII (1760), anunciamos a conclusão do respectivo processo canónico.

Faziam parte da comissão que reuniu na «Caza Professa de São Roque» e dentro da Capela de São Lucas: D. Francisco I (Cardeal de Saldanha), Frei Manuel Galvão da Fonseca (Freire da Ordem Militar de São Bento de Aviz), Cônego Rosendo Manuel da Silva (licenciado em Sagrados Canones), José António Azevedo (cavaleiro da Ordem de Cristo), Martim Afonso de Sousa Lobo (capelão de Sua Magestade), D. Francisco Teotónio de Azevedo Coutinho e Lucena (fidalgos e apontador do Coro), Rodrigo de Abranches de Magalhães Castel Branco (Dr. em Canones), Aires Teles de Menezes (bacharel e capelão de S. Magestade), Manuel da Costa Cruz (Dr. em Teologia e opositor às Cadeiras na Universidade de Coimbra), João Nunes da Silveira (protonotário Apostólico), Luís Pedro Caldeira de Brito (da inquisição da Côte), Pedro Gerónimo Gonçalves Ferreira e Manuel Rodrigues cirurgião e anatómico approved.

Certidão do Anatómico: Eu abaixo assinado cirurgião approved em cirurgia / e anatómico nestes Reynos e seus Dominios & —.

Certifico que em prezença do Illus/trissimo e Reverendíssimo Monsenhor Galvão Prezidente da

Bazilica de Santa Maria/e dos Illustrissimos e Reverendissimos Senhores Cônegos, vi, e examinei os ossos do Se/nhor São Vicente Martyr Padroeiro desta cidade de Lisboa, os quais me mostrarão em dif/erentes partes dividas, ordenandome declarase se huns corespondião aos outros em/ /forma, figura, grandeza e conexõens, e se seriam todos pertencentes ao mesmo Santo/corpo; e combinada por mim a organização destas Santas Reliquias achei que algumas porções dos ossos da cabeça corespondião entre sy de tal forma, que as porções dos ossos parietais, divi= /zandose ainda entre elles sutura pela parte anterior, tendo hum e outro osso a/mesma figura, e cor que o fogo lhe deo. Os ossos da santa face mostrão ser irmãos porq:/ainda que se achem despedaçados, com tudo juntos indicam de alguma forma as cavida/des Orbitarias e as Arcadas Zygomasticas correspondentes. Da Espinha se achão/algumas vertebraes, das quais huma parece ser das Lombares pela sua grandeza apo-phizas espinhaes e Transversaes; e formada a justa ideia da columna que a Espinha/nha forma, achei que a vertebra



Gravura da chegada das reliquias de S. Vicente a Lisboa (Torreão Filipino)

A arca de madreperola onde se conservam as reliquias calcinadas colhidas depois do incêndio que se seguiu ao Terramoto de 1755



Odontoida, com a que se articula o craneo ser muito corresponsável.

(Segue a descrição do Humerus, ossos Ischion e Pubis, Femur).

«Nos mais santos ossos não pude fazer justo exame por se acharem reduzidos/em cinzas, pela calcinação q̄ o fogo lhe tinha dado porém feitas todas as combinações pude/grandeza, grossura, posição, número dos que pude achar, *Me parece serem todos da organi/zação ostiologia do mesmo santo corpo*; por assim me parecer e o julgar fiz esta que/sendo necessário o juro aos Santos Evangelhos e Hoje

Lisboa 20 de Dezembro de mil setecentos e sessenta anos

Manuel Rodrigues

(⁸³) O soldado invicto, mais forte do que os mais fortes, pois que os supplicios cruéis e ferozes, eles mesmos tremem diante da tua vitória.

(⁸⁴) Escapou-me este rebelde e alcançou a palma da vitória.

(⁸⁵) Só tu, ó duas vezes illustre, só tu alcançaste o duplo prémio, só tu alcançaste ao mesmo tempo dois laureis.

(⁸⁶) Vide nota n.º 8 em que são apresentados e traduzidos os versos desde 544 a 568.

(⁸⁷) Cathemerinon era um livro diurno contendo a colleção de 12 odes piedosas destinadas a santificar as diversas occupações do dia.

(⁸⁸) Para melhor comprehensão do assunto que se vai seguir damos breve nota sobre *liturgias*:

Liturgias do Oriente:

Jerusalém, Alexandria, Cesarea-Constantinopolitana, Arménia.

Liturgias do Occidente:

Romana-Ambrosiana-Galicana, Moçárabe, Arábico-Cristã (Toledo).

(⁸⁹) Mgr. Pereira dos Reis, profundo em Liturgia e Canones, pensou em restaurar esse culto mozarábico, pois ao tempo dos decretos do Concílio de Trento ele tinha mais de 200 anos na própria Sé de Lisboa, onde ainda no seu tempo existiam os restos da tradicional roda de campainhas que tocavam ao «Pater Noster».

Porém a penúria do clero por um lado, por outro a adaptação dos fideis a um rito bem diferente, certamente que o teriam levado a desistir do intento.

(⁹⁰) Um dos erros do arianismo consistia em afirmar que Cristo não era Deus.

(⁹¹) Edição 1755 (data do Terramoto) e 1796.

(⁹²) Edição 1804 — Roma.

(⁹³) Edição de Toledo — 1875.

(⁹⁴) Confesso-me a Deus todo o poderoso e à Santa Virgem Maria e aos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, e a todos os Santos e a vós declaro de ter pecado gravemente pela soberba; na lei do meu Deus; por pensamentos, palavras, obras e omissões; por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa. Portanto peço à bemaventurada Virgem Maria e a todos os Santos e Santas e vós irmãos rogai por mim

(⁹⁵) «Romensis», assim era conhecido entre os árabes o que era de Roma.

(⁹⁶) Não se faz qualquer referência a Confessores em virtude de só depois de S. Martinho se ter cultivado o culto dos Confessores.

(⁹⁷) Isto não é um Memento dos Mortos; só depois da Consagração, como no rito romano, é que ele terá lugar.

(⁹⁸) Eis as fontes que pudemos consultar para o estudo do esquema antífonal da Missa: Gradual de Monza (Tesouro da Catedral; séc. VIII), Antifonário Blandiense (Bruxelas, Bibl. Real, 10-127-10 144; sécs. VIII-IX), Antifonário de Compiègne (Paris, B. N., lat. 17-436; séc. IX), Antifonário de Córchia (ib., lat. 12-050; sécs. IX-X), Antifonário de Senlis (Paris, S.ª Geneveva, III; séc. IX) (6); São-Galo 359 (séc. IX) (7), 339 (séc. X) (8), Einsiedeln 121 (sécs. X-XI) (9), Bamberg, lit. 6 (séc. X) (10); Laon 239 (séc. X) (11); Chartres 47 (séc. X) (12); Antifonário do Mont-Renaud (Noyon; séc. X) (13); Missal de Exeter (ed. de Warren, 1883; séc. X), Missal de Cantuária (ed. de Rule, 1896; séc. XI); Benevento VI. 34 (sécs. XI-XII) (14); Paris, B. N., lat. 776 (Albi; séc. XI (10), ibid. 903 (St.-Yrieix; séc. XI) (15), Londres, B. M., Harl. 4951 (Toulouse; séc. XI) (10), Madrid, Ac.ª de Hist.ª (18) (Missal de S. Emiliano; séc. XII) (10), Gradual de Valência (Hautecombe; sécs. XII-XIII) (10); Roma, Vat. Borg. 359 (Besançon; séc. XII) (10), Oelenberg 48 (cisterciense; séc. XII) (10), Paris, B. N., lat. 10 511 (Limoges; séc. XII) (10), Roma, Vat. Barb. 550 (Lião; sécs. XII-XIII) (10), Autun, G. S. 12 (Tournai? séc. XIII) (10); Oxford, Rawl. C. 802 (Irlanda; sécs. (10), Londres, B. M. H. 12 194 (Salisbury; séc. XIII) (10); Graz, Univ. 807 (séc. XII) (10), Lipsia, S. Tom. 371 (séc. XIII) (10); Monza, C. 12/75 (séc. XI) (10), ibid., C. K/11 (séc. XIII) (10), Roma Vallic., C. 52 (Núrsia; fins do séc. XI) (10), Placência, C. 65 (séc. XII) (10); Missal Dominicano (ed. de 1666) (16), Missal Cisterciense (Congr. Portug.: 1738); Próprio Benedictino (ed. de 1924).

Estas fontes mostram claramente qual era a parte antífonal da antiga Missa de S. Vicente, que, com pequenas flutuações, se conservou praticamente sem alteração até à união das duas festas, e ainda hoje se mantém quase idêntica em alguns próprios, como o dos Beneditinos e o dos Dominicanos. Damos a seguir a indicação das peças que a compõem, com a anotação das variantes que encontramos nas fontes acima referidas.

(⁹⁹) Missais com uma única Missa.

(¹⁰⁰) N.ª Senhora: Lenço (verde claro), Vestido (roxo), Manto (azul claro) — Madalena: Manto (amarelo), Vestido (cor de sangue) — S. João: Manto (cor de camarão), Vestido (verde escuro).

(¹⁰¹) O primeiro incêndio foi o da Real Capela de S. Tomé, este devido ao sismo, seguindo-se outro na Capela de S. Joaquim em Alcântara (1756) havendo ainda mais 3 devido a acto criminoso, ou seja o de 1769 — Patriarcal queimada (actual Praça do Príncipe Real), o de 1771 em S. Bento e o de N.ª S.ª do Pilar.

Como as suspeitas tivessem caído no tal Alexandre, este sentindo-se perseguido pela Justiça foi para Espanha mas tendo vindo a Portugal foi preso em Faro. Trazido para Lisboa confessou-se autor desses crimes realizados com o propósito de encobrir valiosos furtos. Julgado em 26 de Janeiro de 1773 foi condenado a ser preso à cauda dum cavalo e açoitado até ao Alto da Cotovia (Príncipe Real) local do primeiro incêndio que ateu, onde, depois de ser atado a um poste foi queimado vivo, como consta do «Gabinete Histórico» de Frei Cláudio da Conceição, tomo XVII.

Tudo isto se lê com profunda compaixão já pelas perdas irreparáveis de altos valores artísticos já pelo trágico fim do autor dos actos criminosos; quem sabe se ele um espírito fraco se deixou arrastar por insinuações e promessas de nobres que tinham em vista destruir tanto quanto possível a obra do Rei Magnânimo? Não esqueçamos que nem todos os nobres podiam ter assento na Santa Igreja Lisboense reparámos também na sintomática «insubordinação dos nobres» em 1728.

Tocando em questão bastante melindrosa que até hoje não foi devidamente esclarecida, tão-pouco pretendemos fazer qualquer espécie de insinuação mas compreendemos que a maldade humana se pode sempre encobrir na pessoa dum inconsciente ou ambicioso.



GRAVURA DO LIVRO CARMESIM
EXISTENTE NA CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA E ALUSIVA A TRASLADAÇÃO
DAS RELÍQUIAS DO MÁRTIR S. VICENTE
DO CABO DE S. VICENTE PARA LISBOA

NOVAS TÉCNICAS MOAGEIRAS EM LISBOA

NOS INÍCIOS DO SÉC. XIX

«... os moinhos e os moleiros foram, entre nós, até à introdução da máquina de vapor, eventos históricos muito significativos, e um dos esteios fundamentais da vida da grei» (1).

Joel Serrão



Por FERNANDO CASTELO-BRANCO

Nos inícios da centúria passada verificou-se, entre nós, um esforço notável no sentido de melhorar e modernizar a aparelhagem utilizada nas indústrias, cujo desenvolvimento era ainda reduzido, pois «verdadeiramente, a indústria moderna estabeleceu-se e progride no nosso país depois de terminadas as lutas liberais» (2). Esse esforço resultou por um lado, do grande aumento de nível tecnológico operado em diversas nações europeias, por outro lado e muito especialmente, das carências económicas do País, pois o acréscimo de importações e o decréscimo das exportações de produtos manufacturados criava maiores e mais prementes necessidades de meios de pagamento ao estrangeiro, resultando desta situação profundas e graves consequências económico-sociais. Por isso reconheceu-se e reconheceram-no sobretudo diversos economistas, que a solução para esta problemática e para que a indústria portuguesa pudesse sobreviver consistia na adaptação desta à nova situação, sendo necessário para tal modificar a estrutura técnica básica (3). Um dos locais onde este movimento renovar mais se fez sentir foi na zona de Lisboa e relativamente à indústria moageira. Vejamos alguns aspectos da evolução tecnológica que então se tentou, do esforço de transformação e aperfeiçoamento da maquinaria e dos engenhos destinados a moer os cereais, tão indispensáveis à alimentação dos lisboetas e de todos os portugueses.

Os abastecimentos de farinhas para a Cidade de Lisboa eram em boa parte provenientes de moinhos de vento existentes na Cidade e nos seus arredores. Lisboa era há um século «a capital europeia que maior número de moinhos de vento contava dentro do seu perímetro» pois «em 1834 trabalhavam nas colinas periféricas, limitadas pela *circunvalação*, não menos de 100 moinhos de vento» (4). De certo em consequência da sua importância e do seu papel relevante no abastecimento de farinhas à capital do País, tentou-se o seu aperfeiçoamento, visando uma maior rentabilidade. Uma tentativa nesse sentido consta do processo respeitante a um requerimento feito em 1816 à Real Junta do Comércio. A amplitude dos privilégios solicitados e dos que se consideraram justos, indicam bem a importância que se dava ao aperfeiçoamento técnico dos moinhos de vento. E que o autor do aperfeiçoamento tinha

em vista os moinhos abastecedores de Lisboa, mostra-o a circunstância de se obrigar a abastecer as tropas da guarnição desta Cidade em melhores condições.

É o seguinte o texto da informação sobre o requerimento:

«Pretende Miguel Byrn e Abraham Wheathouse privilégio exclusivo para um moinho da sua invenção com diversas outras graças e privilégios. Os suplicantes propõem-se a construir uns moinhos da sua invenção, que moam em todo vento por escasso que seja, requerendo por este novo invento: Primeiro o privilégio exclusivo para que por tempo de quatorze anos, ninguém mais os possa fabricar. Segundo licença para comprarem a bordo todo o trigo necessário para entreter a laboração dos seus moinhos. Terceiro que as porções de trigo vindas por sua conta, ou compradas por trespaço a bordo depois descarregadas com as formalidades da lei, lhes sejam despachadas entrada por saída, pagando logo a correspondente vendagem. Quarto que reduzido o trigo a farinha possa esta vender-se nos mesmos moinhos, nas casas dos suplicantes destinadas a este fim, e no Terreiro Público, assim como a cabecinha, rolão, sementes e farelos, tudo debaixo das vistorias e mais formalidades prescritas pelo Regimento do Terreiro. Quinta que os suplicantes se obrigão a moer todo o trigo necessário para municiar a tropa da guarnição de Lisboa, por menos trinta por cento da maquia ordinária.

Parece a Real Junta que os [suplicantes?] podem ser deferidos com a concessão do privilégio exclusivo pelo tempo da lei para a máquina da sua invenção cuja estampa deve ficar na secretaria na forma do costume. E pelo que respeita ao mais que se pede nas condições segunda até quinta melhor se poderá conhecer o seu merecimento pela repartição do Terreiro Público, por dizer à sua economia. Vossa Magestade porém sobre tudo mandará o que for servido. Lisboa 14 de Outubro 1816.

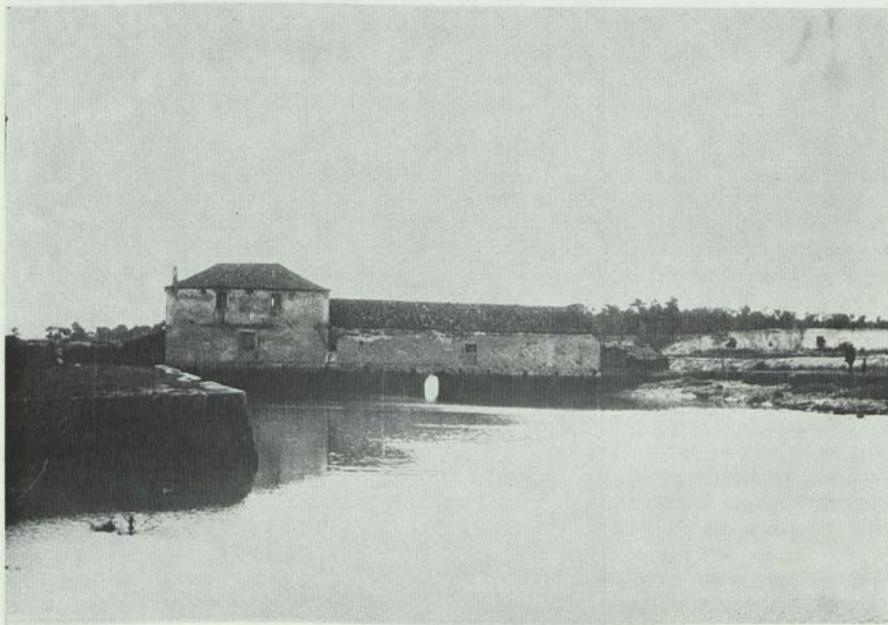
O Governo conforma-se com o parecer da Real Junta do Comércio e do Conde Inspector na sua informação e fez expedir o Aviso da cópia junta. Palácio do Governo em 19 de Abril de 1817. Esta consulta foi resolvida por Sua Ma-

gestade da maneira seguinte: Como parece quanto ao Privilégio sòmente, e quanto ao mais não há que deferir. Palácio do Rio de Janeiro 29 de Outubro de 1817 — Joaquim Guilherme da Costa Posser» (8).

Foi igualmente cuidado o aperfeiçoamento técnico dos moinhos de maré, situados, os da zona de Lisboa, na sua quase totalidade, na margem esquerda do Tejo (6), e cuja importância no abastecimento da capital já acentuámos há anos, ao dizer: «estes destinavam-se certamente a suprir as deficiências de abastecimento de farinha, moída nos numerosos moinhos de vento existentes então nos arredores de Lisboa» (7). E que também neste caso se visava o abastecimento da capital, mostra-o o pormenor de o requerimento que a seguir se transcreve pedir que o «perdimento dos bens», a quem quebrasse o privilégio, fosse aplicado a favor do Hospital de S. José, o que doutro modo não teria sentido.

«Diz Manuel Nunes da Conceição, que havendo descoberto à custa de grande trabalho, estudo, e despesa huma invenção (8) a mais util e vantajosa, pela qual a sua utilidade he evidente, pois applicando-se à continua influência das enchentes e vazantes das marés aos engenhos, além de moer pão em grande quantidade faz tornar, amolar, e brocar, podendo destinar a outras applicações de resulta à Nação Portuguesa a glória de huma invenção tão engenhosa; e como qualquer invento cuja utilidade redunde em beneficio do público e do bem do Estado mereça hum privilégio exclusivo, principalm.^{te} quando nelle se manifeste hũa vantagem real: ouza o sup.^{te} conceber a lisonjeira esperança de que examinando-se e calculando-se a utilidade da sua invenção V. M.^o se digne a conceder-lhe o privilégio exclusivo com limite de tempo suficiente para a sua construção, e vinte anos para poder disfrutar o trabalho da sua invenção, com a cominação de

Ainda hoje subsistem alguns dos moinhos de maré, da margem esquerda do Tejo, que abasteciam Lisboa de farinhas. Este encontra-se junto de Coima.

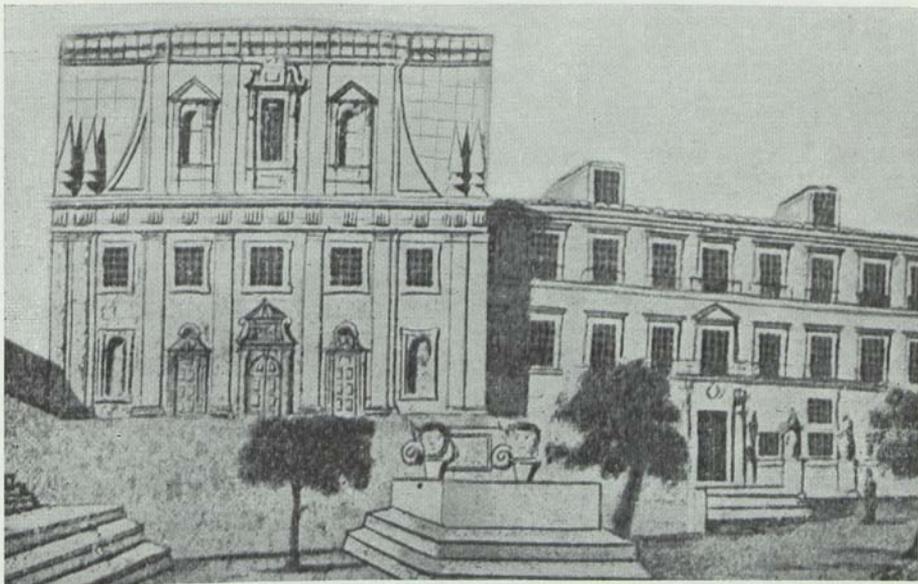


Trecho da Planta topográfica de Lisboa e seus subúrbios, de 1807 indicando à esquerda as «Obras do Raton», junto do Calvário.

perdimentos de bens a quem tentar fazer outra semelhante, sendo tudo aplicado em benefício do Hospital Real de S. José, ou de outra qualquer obra pia, que V. M. for servido nomear» (*).

Estes projectos, que não sabemos em que medida eram viáveis e se não ocultariam, dados os privilégios pedidos, manobras comerciais, apresentam-se como inovações técnicas destinadas a conseguir uma maior rendibilidade da indústria moageira — moinhos de vento e da maré — datando de 1816 e 1818. São portanto posteriores, de cerca de meia década, pelo menos, ao projecto de Jacome Ratton de construir um moinho movido por máquina a vapor no terreno que possuía junto ao mosteiro do Calvário, em Alcântara⁽¹⁰⁾, o qual foi ideado antes de Setembro de 1810, data em que foi preso, tomando seguidamente o ca-





Aspecto do Hospital de S. José no século XIX. A seu favor deveriam reverter os bens confiscados dos que não respeitassem o privilégio exclusivo que pretendia Manuel Nunes da Conceição para os moinhos de maré que dizia ter inventado.

minho do exílio⁽¹¹⁾. Além disso, o que não se nos afigura menos curioso nem destituído de significado, são contemporâneos de outros pedidos de privilégio igualmente para engenhos de moagem, mas movidos a vapor, os quais se construiriam em Lisboa, e que seriam os primeiros da Cidade e do País. «Diz Diogo Rattón, filho primogénito na casa e comercio de Jacome Rattón, que como tal se acha sendo proprietário de hum terreno e Praya junto ao Calvário a S. Amaro, no qual intenta realizar o projecto de seu dito Pay qual de edificar na referida Praya huns moinhos de fabricar farinhas por machinismos cujo impulso seja o vapor da agua, que ao mesmo tempo a grão seja limpo, crivado e ventilado, antes de cahir entre as mós; e que ao sahir dellas a farinha seja peneirada e suas qualidades separadas, tudo por mecanismos, e tudo cousas athe agora desconhecidas no Reino e aonde sua introdução será de grande utilidade pública, tanto na economia de braços como de suprir Lisboa p.^a

tal operação as falhas de ventos e de agoas nas azenhas»⁽¹²⁾.

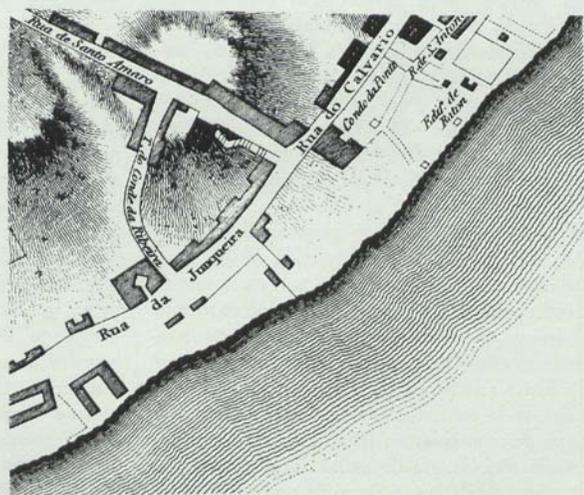
Pertence este projecto aos primórdios do industrialismo olisiponense e português. No entanto, já nesta fase se encontra um choque de interesses e uma vincada luta entre os incipientes industriais. A intriga e a fraude já aparecem bem marcadas. Bastante curioso e significativo a este respeito é o documento seguinte:

«Diz o Barão do Sobral que achando-se affecto a V. Mag.^o hum requerimento do Sup.^{to} e huma representação do Adm.^o Geral do Terreiro Público desta cidade, em que se alterca a questão da permissão de machinas a vapor; acontece que na Praya do Bom Sucesso se está construindo actualm.^{to} hum edificio p.^a levantar huma destas machinas, tomando se o pretexto de que se dirige a cortar madeira, e com todos os preparos, e pedras de moer grão»⁽¹³⁾.

Mas apesar destes projectos virem de longe e continuarem a conceber-se planos nesse sentido,



Um velho moinho de vento de Lisboa já na inactividade.



Trecho do Mapa da Cidade de Lisboa e Belém em 1812, vendo-se a localização do «edifício de Raton», perto da Rua do Calvário.

a máquina de vapor só bastante mais tarde começará a ser utilizada entre nós, pois parece ter sido em 1835 que apareceu «a primeira máquina a vapor como força motriz industrial» (14), mortos há já bastantes anos Jacome Raton e seu filho Diogo (15).

Estes aspectos da indústria de moagem em Lisboa, nas duas primeiras décadas do século passado, são peças de um processo bem pouco conhecido, mas da mais alta importância para a história económica portuguesa e também para a olisipografia. Revelam-nos as tentativas para aperfeiçoamento técnico das indústrias e para a actualização dos seus processos, os esforços visando solucionar, ou pelo menos diminuir, a crise económica que atravessávamos. Mostram-nos como, a par da introdução da máquina a vapor, se procuravam também introduzir aperfeiçoamentos nos antigos mecanismos movidos pelo vento e pela água, o que será talvez explicável por as moagens efectuadas em engenhos movidos por agentes naturais serem mais rendosas do que seriam em máquinas movidas a vapor, embora não satisfizessem suficientemente as necessidades do País. Mostram-nos ainda como as moagens tinham posição relevante nas preocupações e nos planos dos industriais de então, indicam-nos, a par de outros elementos já conhecidos, como é em Lisboa que se concentram os esforços do nosso proto-industrialismo moderno.

(1) *Temas Oitocentistas*, Lisboa, 1959, pp. 91-92.

(2) Armando de Castro: *Indústria na época contemporânea* in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, p. 535.

(3) J. Borges de Macedo: *Indústria na época moderna*, I, Vol. II, p. 534.

(4) J. M. dos Santos Simões: *Moinhos de Vento de Lisboa* in *Revista Municipal*, 1965, n.º 106-7, p. 88.

(5) *Arquivo Nacional—Rio de Janeiro*, Conta 639 (anexo), Caixa 710, anteriormente na Caixa 787. Na publicação do Arquivo Nacional: *Elenco*, Rio de Janeiro, 1941, diz-se que a Conta 639 «informa sobre:—As desvantagens para o terreiro público, resultantes da concessão a Diogo Raton do privilégio exclusivo para os moinhos de vapor, e das isenções de direitos de trigos e farinhas.—O requerimento do Barão de Sobral, pedindo privilégio das barcas a vapor;—O requerimento de Miguel Byrne, pedindo privi-

légio exclusivo para os moinhos de nova invenção» (p. 505). Todavia só encontramos em anexo o terceiro documento. Também no Vol. XLI das Publicações do mesmo Arquivo intitulado *Colecção Portugal*, Rio de Janeiro, 1959, diz-se: «Consulta da Real Junta do Comércio sobre o requerimento de Miguel Byrne e Abraham Wheetouse pedindo o privilégio exclusivo para um novo moinho da sua invenção por 14 anos. Pac. 2,59—Conta dos Governadores n.º 480, Lisboa 8-7-1817 anexo com 6 fls.», p. 122, n.º 2154. Também não encontramos este documento.

(6) Na foz da ribeira de Alcântara existiu e durante muito tempo um moinho de maré—*Moinhos de Maré em Portugal* in *Panorama*, 1965, 4.ª série, n.º 14, p. 50. Todavia a quase totalidade dos moinhos de maré que abasteciam Lisboa de cereais encontravam-se na margem esquerda do Tejo, entre Almada e o Montijo, onde se erguiam «sessenta moendas que moem de maré» segundo Gaspar Frutuoso: *Saudades da Terra*, Livro IV, cap. 37, § 2, ed. de 1924, Vol. I, p. 244.

(7) *Os Moinhos na Economia Portuguesa*, Coimbra, 1961, sep. do T.VIII da *Revista Portuguesa de História*, p. 14. O Eng. Santos Simões no seu valioso estudo *Moinhos de Vento de Lisboa*, publicado na *Revista Municipal*, 1965, n.º 107-7, diz a este respeito: «O abastecimento da cidade, porém, dependia principalmente dos Moinhos de Maré do estuário do Tejo e dos moinhos de vento e de água da região chamada termos».

(8) De recordar que já «em 1797, um engenhoso latoeiro lisboeta teria ideado os meios mais prontos e infalíveis de estabelecer uns moinhos de arte nova no mar, nunca vistos deste reino, cujos não de moer de noite e dia sem parar o seu movimento, senão na preia-mar»—Joel Serrão: *Temas Oitocentistas*, p. 93. O pormenor de esses engenhos só pararem na preia-mar revela-nos que se trataria certamente de moinhos de maré.

(9) *Ministério das Obras Públicas—Arquivo Histórico*, Junta de Comércio, Processos de concessão de privilégios exclusivos a fábricas e novos inventos, Pacote 9, Maço M, sem data, mas com despacho de 3-9-1818. Ao Sr. Dr. Mário Costa, ilustre Director deste Arquivo, exprimimos o nosso reconhecimento pelo auxilio que nos prestou durante as investigações aí realizadas.

(10) *Recordações de Jacome Raton*, 2.ª ed., p. 63, § 226.

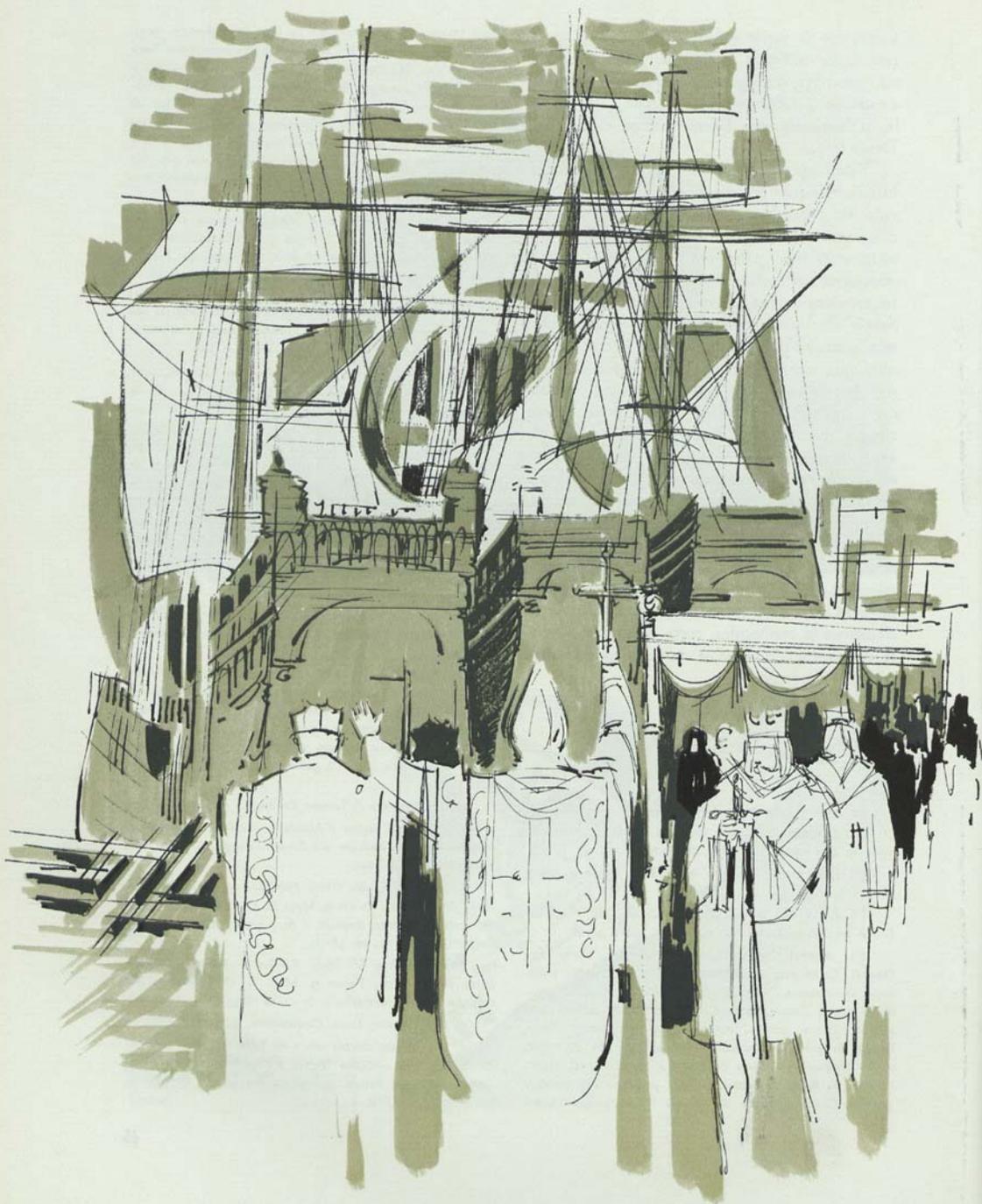
(11) Nuno Daupias d'Alcochete: *Lettres Familières de Jacques Raton* in *Bulletim des Etudes Portugaises*. Nova série, 1961, T.XXIII, p. 145.

(12) *Ministério das Obras Públicas—Arquivo Histórico*, Junta de Comércio, Pacote 9, Maço D. O documento não tem data, mas o primeiro despacho é de 7-1-1817. Cf. Joel Serrão: *Temas Oitocentistas*, pp. 98-99.

(13) *Ministério das Obras Públicas—Arquivo Histórico*, Junta de Comércio, Pacote 9, Maço B. O documento não tem data, mas o despacho é de 11-12-1819.

(14) Joel Serrão: *Temas Oitocentistas*, p. 117.

(15) J. Raton morreu em 2 de Julho de 1820 e Diogo Raton em 1822.—Nuno Dupias d'Alcochete: *Lettres Familières de Jacques Raton* in *Bulletim des Etudes Portugaises*. Nova série, T. XXIII, p. 147.



BAPTISMO DAS NAUS

TEÓFILO BRAGA

*Vai na Ribeira uma alegria imensa;
Das ruas, das vielas,
A turba enorme, densa,
De toda a parte, ao som das charamelas,
Entre cantos e danças e assobios,
Vem assistir à bênção dos Navios.*

*De pontifical brilha
O Bispo Calçadilha,
Seguindo à frente da Nobreza toda;
Longa fila de monges fica em roda,
E o Rei é que apresenta
Ao Bispo, ali, o bissope da água benta.*

*Para a primeira Nau, a mais possante,
Ergueu o Bispo o bissope nesse instante.
Aspergindo no ar, solene brada:*

*— Tu, bás-de ser chamada
Pelo nome do Arcanjo San Gabriel!
Porque assim como ele,
Vindo à Terra, anuncia
Da Redenção Divina a nova boa,
Que foi da culpa original resgate;*

*Não virá longe o dia
Que trará a Lisboa
A nova, desejada ardentemente,
Do termo deste intrépido combate,
Da descoberta do vedado Oriente.*

*E, enquanto o clero um santo salmo entoava,
Sobre o Estaleiro vasto da Ribeira,
Repentino rumor o ar atroa,
E desliza ligeira
A Nau, ao mar, na inicial carreira.*

*Para a segunda Nau, que ainda descansa
Sobre escoras, o Bispo o passo avança,
E com unção sagrada*

*Proferiu, quando a água benta lança:
— Tu, bás-de ser chamada
A Nau San Rafael!*

*Que à ess'ncia arcangélica a mais fiel
Deu-lhe Deus a missão de neste mundo
Guiar o viandante, o peregrino!*

*— Também como ele, pelo mar profundo,
Hás-de guiar a Portuguesa Armada
Por sirtes e incertezas do destino,
Até que, triunfante
Da região distante,
Volte à ditosa nossa Pátria amada!*

*Soam nas torres carrilhões de sinos,
Salvam as fortalezas,
Entoam-se mil binos,
Quando, rotas no mesmo instante as presas,
A Nau correu ao mar,
Garbosa a flutuar!*

*Com sorriso na face prazenteira
O Bispo avança para a Nau terceira;
Clamando com a voz acentuada,
Benzeu desta maneira:*

*— E tu, serás chamada
San Miguel! esse Arcanjo
Que, conforme na Biblia Santa abranjo,
Desbaratou as infernais Legiões!
Também tu, às longínquas regiões,
Levas, por estandarte,
De Cristo a Cruz nas velas estampada;
Que assim em toda a parte
Porá Deuses pagãos em debandada,
Seus ídolos quebrando a fogo e ferro,
A verdadeira Fé opondo ao erro.*

*Correu a Nau ao mar, com tal presteza,
Como um agouro de feliz surpresa.
Ei-las, balançam as três Naus no Tejo!*

.....



O PALÁCIO DOS CARVALHOS

À RUA FORMOSA

Por IRISALVA MOITA

1. História do Palácio:

O Palácio Pombal situado na Rua Formosa, actual Rua de «O Século», é uma sólida construção do século XVII, de longa fachada monótona, notabilizada por aí ter vivido e nascido em 13 de Maio de 1699, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Grande Marquês, como ainda hoje é conhecido entre os seus descendentes que assim o distinguem dos outros herdeiros daquele título.

Foi mandado construir — se é que não se trata já duma ampliação — por Sebastião de Carvalho e Melo († 1719) avô do futuro Conde de Oeiras e seu padrinho. Seu pai, Manuel de Carvalho e Ataíde († 1720), fidalgo instruído, presidiu neste palácio a algumas sessões da *Academia dos Ilustrados* de que foi membro. Por

morte deste, Sebastião José de Carvalho e Melo entra, ainda jovem, na posse do palácio e morgado da Rua Formosa, bens que verá acrescentados, a partir de 1737 com o morgado de Oeiras, terras em Sintra, dinheiro e prédios de rendimento em Lisboa, herança de seu tio Paulo de Carvalho e Ataíde, doutor em cânones, lente da Universidade e arcebispo da Patriarcal, através de quem lhe vieram também os primeiros contactos políticos.

O prédio solarengo da Rua Formosa encabeçava um vasto morgadio que a família Carvalho e Melo, ou melhor, os Carvalhos da Rua Formosa como eram conhecidos, possuíam nas imediações daquela artéria, constituído por terras e prédios rústicos, ocupando, para nascente, a encosta da Rua dos Caetanos e, para norte, todo o quarteirão que se segue à Rua da Academia das Ciências.

constituindo essas dependências o que, então, chamavam as «Hortas», ligadas ao Palácio pelo arco que ainda hoje ali subsiste. Como centro religioso deste morgadio andava-lhe vinculada a pequena igreja das Mercês, na mesma rua e que, segundo Júlio de Castilho, era já um templo velho no século XVII, quando foi reedificada por Paulo de Carvalho. Tornou-se, a partir de 1652, altura em que a pedido do mesmo fidalgo, foi instituída a paróquia das Mercês, sede da nova freguesia, ao mesmo tempo que servia de capela privativa e panteon da família. Nela foi baptizado, em 6 de Junho de 1699, Sebastião José e a ela recolheram os seus restos mortais em 1856, vindos de Pombal por interferência do Duque de Saldanha, seu neto, então Presidente do Conselho.

O Palácio da Rua Formosa foi a residência em Lisboa preferida pelo Marquês de Pombal, durante as suas largas permanências na capital. Só a abandonou por curto espaço de tempo quando, para se aproximar da Corte, após o Teramoto, se mudou para a Calçada da Ajuda. Os herdeiros do título continuaram a habitar, durante algumas gerações, o velho solar, até que, por morte do 5.º Marquês de Pombal, Manuel José de Carvalho Melo Daun Albuquerque Sousa e Lorena, o palácio passa aos filhos que teve de sua segunda mulher, Dona Maria Rita de Castelo Branco, da casa de Belas: Dona Maria das Mercês, João e Luís de Daun Lorena. O herdeiro do título, D. António de Carvalho e Melo Daun Albuquerque e Lorena, filho do primeiro matrimónio, passou, desde então, a residir no Palacete da Rua das Janelas Verdes, herança que lhe viera por sua esposa, Dona Maria do Carmo Fernandes. Mais tarde, porém, os herdeiros de Dona Maria das Mercês, a quem coubera a maior parte do Palácio, Pedro Paulo de Freitas Branco, seu viúvo, e Dona Maria Rita, sua mãe, que se tornara condessa de Asseca por um segundo casamento, convieram na venda das suas heranças à Marquesa Dona Maria do Carmo Fernandes, viúva de D. António, 6.º Marquês, voltando a parte

mais nobre do velho palácio à posse dos representantes mais directos de Sebastião José que, no entanto, não tornaram nele a habitar. Por morte daquela Senhora coube o Palácio, em herança, a seu segundo filho, o Conde de Santiago que, não tendo herdeiros directos, o legou, a seu sobrinho, o actual Marquês de Pombal. O 1.º andar tem conhecido, desde então, vários inquilinos, Embaixada de Espanha, Legação da Alemanha, etc.; actualmente é sede da Casa da Madeira, para aqui transferida em 1927; o rés-do-chão, residência durante largos anos do maestro Luís de Freitas Branco, é ainda habitado pela sua viúva, Dona Estela de Sousa Macedo Freitas Branco.

Entretanto, as vastas dependências que se estendiam pela Rua dos Caetanos e os prédios e terras que constituíam as «Hortas» que vieram, em herança, aos outros dois filhos de Dona Maria Rita Castelo Branco, foram sendo por estes, progressivamente, alienados, o mesmo acontecendo às fracções do palácio herdadas por D. João de Daun Lorena: as dependências do lado sul que correspondiam ao n.º 63 da Rua de «O Século», foram compradas em 1921 por José da Silva Graça, proprietário e director do jornal «O Século», já então instalado no contíguo palácio dos Viscondes da Lançada, que sobre eles fez construir o imóvel que serve actualmente de sede àquele jornal; a secção norte que esquina para a Rua da Academia das Ciências e inclui os dois largos portões de entrada, cujo andar superior correspondia a um terraço e onde, posteriormente, se construiu o andar com acesso pelos n.ºs 95 a 103 da Rua de «O Século», foi adquirido à família, há anos, por um inquilino comercial ali instalado, o carvoeiro José Rodrigues Sanches. O pátio, grandes troços dos jardins e parte das «Hortas» encontram-se há muito na posse da empresa Alfredo Alves & Filhos.

Foi, pois, apenas o corpo central, com acesso pelos n.ºs 65, 79 e 85 da Rua de «O Século», aliás o mais nobre e mais antigo do velho solar — última parcela do vasto morgadio da Rua Formosa que ainda se conservava na posse dos descendentes

de Pombal — que, recentemente, foi adquirida, por compra, ao actual Marquês, pela Câmara Municipal de Lisboa que pensa, no futuro, reservar-lhe um destino condigno.

2. Descrição do palácio:

Exteriormente, salvo no que respeita a pequenos pormenores, este palácio conserva intacta a sua fisionomia seiscentista. Nele há a considerar a fachada principal, voltada à Rua de «O Século», e uma fachada lateral, voltada à Rua da Academia das Ciências.

A fachada principal, levemente encurvada, seguindo o traçado da rua que, certamente, já aí existia, é constituída por rés-do-chão, primeiro andar nobre com janelas de sacada, um 2.º andar com janelas de peitoril e águas-furtadas recuadas. No sector norte do palácio, que há muito anda alienado do corpo central, rasgam-se dois grandes portões que abrem para um pátio por onde circulavam as carruagens e que se encontrava em comunicação com a escadaria principal do palácio, hoje com acesso, exclusivamente, pelo n.º 85. Foi sobre a janela de sacada que se sobrepõe a estes dois portões que foram apostas as armas dos Carvalho e Melo (estrela de oito pontas dentro de quatro crescentes), já, então, encimadas pela coroa marquesal, aliás, único indício, em toda a vasta e austera fachada, do carácter fidalgo desta habitação. Entre os dois grandes portões foi mandada colocar pela Vereação de 1923 da Câmara Municipal de Lisboa, uma lápide de homenagem ao Marquês de Pombal, o reedificador da cidade de Lisboa, após o Terramoto de 1755 (*Est. I-A*).

Em frente dos portões, mas separada do palácio pela Rua de «O Século», desenha-se uma rotunda, onde as carruagens antes de entrarem no pátio, manobravam no fecho da qual foi construído, em vida do Marquês, um chafariz monumental, projecto de Carlos Mardel (*Est. I-B*).

Na fachada lateral que deita à Rua da Academia das Ciências nada há a registar de notável. Apenas, sobre um portão que acede a um pequeno

pátio de serviço, conservam-se ainda as armas da família Pombal, aqui, porém, encimadas pela coroa de Conde o que indica que a sua colocação medeia entre a concessão do título de Conde de Oeiras (1759) e a do título de Marquês, dignidade concedida por D. José em 1769.

A fachada posterior, voltada a poente, abre para o jardim e apresenta idêntica monotonia; devido, porém, ao desnível do terreno, foi acrescentada de um andar térreo que corresponde à sala de jantar, cozinha e suas dependências; sobrepõem-se-lhe dois andares com janelas de peitoril.

O jardim, hoje reduzido à plataforma superior, sofreu remodelação na época de Pombal. Conserva ainda, apesar de muito abandonado, alguns pormenores com interesse. É cercado por um murete e com bancos escavados revestidos, em toda a extensão, por silhares de azulejos, branco e azul, em mau estado, do 3.º quartel do século XVIII (Fábrica do Rato?). Neles representam-se cenas ao ar livre, dentro de molduras de concheados, formando saborosos quadros de costumes (*Ests. XXXI, XXXII, XXXIII e XXXIV*). Além dum lago com repuxo votado ao abandono que ocupa o centro desta quadrela, o murete envolvente foi interrompido, do lado norte, para colocação duma fonte ornamental, constituída por uma sereia cavalgando um golfinho e larga bacia, formando o conjunto uma peça escultórica de grande beleza (*Est. XXIX*). Esta fonte está enquadrada num nicho em forma de moldura arquitectónica, sobrepujada por dois bustos femininos de «terra cota», ao gosto neo-clássico (*Est. XXX*); do lado sul, vis-a-vis com este nicho, abre-se, no mesmo murete, uma janela, enquadrada por moldura arquitectónica condizente. O ângulo sudoeste é ocupado por um pequeno pavilhão (Casa de Prazer), outrora encimado por um galo-catavento, roubado há anos quando dumas obras efectuadas no jardim.

Suspensão da parede posterior do palácio, ao nível do rés-do-chão, ainda se conserva o grande sino de bronze que tocava para reunir o pessoal trabalhador (*Est. IV-A*).

O jardim deitava para um pomar que ia entestar com dependências do Convento de Jesus, terrenos há muito alienados e ocupados por oficinas.

Interiormente, em contrapartida, o palácio sofreu profunda remodelação, no que respeita ao andar nobre, no terceiro quartel do século XVIII, aí por volta de 1770. O revestimento cerâmico do andar térreo e do 2.º andar é, porém, anterior à remodelação pombalina.

I. O rés-do-chão com entrada pelo n.º 79 da Rua de «O Século» corresponde, da parte da fachada posterior do palácio, a um 1.º andar. Ocupa parte do palácio, como inquilino, a viúva do Maestro Luís de Freitas Branco. Num dos compartimentos desta moradia corre a tradição que teria nascido Sebastião José.

Nele há a assinalar:

Uma sala de entrada com seis quadros de azulejo encaixilhados, branco e azul, dos meados do século XVIII. Quatro deles representam cenas figurativas, dentro duma moldura arquitectónica, formada por pilastras, festões, volutas e anjinhos (*Est. II-A e B*); dois deles, de menores dimensões, reduzem-se a secções da moldura arquitectónica e deviam ter servido de entre-portas. Informou-me a inquilina deste andar, fazendo eco duma tradição conservada pela família, terem estes quadros feito parte dum silhar de azulejos que decorava a casa de jantar do andar térreo. O de maiores dimensões (*Est. II-A*) que representa uma cena passada à beira-mar, tem sido interpretado como figurando a expulsão dos jesuítas, hipótese que nos parece não ser de considerar, pois que o painel em questão, ainda que dos meados de setecentos, é contudo, anterior a 1759, data daquela expulsão.

Saindo por uma porta, à esquerda, acede-se, por um corredor, a uma série de pequenos compartimentos, ocupados pela biblioteca da família que aí reside e onde apenas há a assinalar estreitos rodapés de azulejo dos seguintes tipos: «maçaroca», a branco e azul; cestos com flores e an-

jinjos, ou reduzindo-se a uma simples bordadura, a azul. O corredor que dá acesso a estes compartimentos apresenta também rodapé de azulejos de tipos diferentes: «tapete», azul e amarelo, tendo como módulo, uma rosácea constituída pela combinação de quatro conchas (*Est. III-A*); «maçaroca», branco e azul (*Est. IV-A*). Estes mesmos padrões que podemos classificar na transição do século XVII para o XVIII, ou dos princípios do século XVIII, vamos encontrar repetidos noutras dependências do palácio não remodelados pelo Marquês.

Voltando à sala de entrada e saindo por uma porta aberta na parede do fundo, passamos a um pequeno átrio de distribuição em comunicação com os vários compartimentos desta moradia. Pela porta da esquerda acede-se ao patamar duma escada de madeira por onde se desce aos compartimentos ao nível do rés-do-chão da fachada posterior (cozinha e dependências) e ao jardim. Esta escada apresenta um corrimão de balaustrés, simulados, na parede oposta, em azulejos, branco e azul (*Est. V*). Na sala de jantar, donde foram retirados os azulejos que se encontram emoldurados na sala de entrada, apenas há a registar um lavabo, dentro dum nicho, ao gosto dos finais do século XVII. A torneira de bronze tem a pega em forma de golfinho. Na sequência desta sala situam-se mais dois compartimentos que constituíam a antiga copa, um deles adaptado, actualmente, a cozinha. Ambos apresentam rodapé de azulejos, tendo um deles, como módulo, uma rosácea estilizada (*Est. III-B*), reduzindo-se o outro a uma bordadura, a azul. Os tectos destas dependências são abobadadas.

Voltando ao átrio de distribuição, e saindo pela porta da direita, acedemos, por uma escada de pedra, percorrida por um alizar de azulejos de figura avulsa, branco e azul (flores, torres e pássaros), contornados por faixa barroca (*Est. VI*), à vasta cozinha seiscentista, hoje transformada em arrecadação. É uma vasta construção abobadada, com grande lareira e respectiva chaminé, reservatório para água e um bonito fontenário em forma

de nicho escavado na parede, com a torneira encravada numa carranca leonina (*Ests. VII, VIII*). Aqui e além ainda se notam vestígios dos antigos silhares de azulejo, do tipo representado na *Est. III-A* e duma bordadura barroca que emoldurava o fontenário, chaminé e ombreiras.

Passando aos compartimentos situados ao nível do primeiro andar (considerando a fachada posterior), a partir do mesmo átrio de distribuição, anotamos (¹):

A *sala amarela* e *sala vermelha* com alizar de azulejos de tipo ornamental, a branco e azul, tendo, como padrão, cestos com flores e anjinhos, separados por uma jarra com flores e barra de folhas contorcidas (*Est. IX*); grande salão com as paredes forradas de tecido e onde estiveram, até há pouco, os retratos do 2.º Marquês de Pombal que foi também Presidente do Senado da C. M. L. e da Marquesa, sua mulher, vendidos recentemente à Fundação Gulbenkian para o Palácio de Oeiras; *quarto de cama* com fogão com moldura de mármore rosado e mais três pequenas dependências que servem de toucador, roupeiro e banheiro, com rodapé de azulejos, azul e beringela ou em dois tons de azul, com moldura de concheados. Estes compartimentos resultaram do aproveitamento duma passagem antiga ali existente, e datam das obras pombalinas do palácio.

Ainda no rés-do-chão situa-se um compartimento com ingresso pelo n.º 65 que serve de cozinha à porteira da Casa da Madeira. Apresenta alizar de azulejos, em dois tons de azul, tendo, como motivo repetido, vasos com flores.

Os tectos dos salões deste andar nada apresentam de notável. Com excepção dos da casa de jantar, cozinha e copa que são abobadados, todos os outros são de estuque, com decoração muito simples, reduzindo-se esta a um medalhão central com combinações de concheados pouco relevados.

II. O primeiro andar e o mais nobre desta habitação, foi, como já referimos, completamente remodelado pelas obras com que o Marquês de

Pombal beneficiou o seu palácio por volta de 1770. Encontra-se, ocupado, em regime de inquilinato, pela Casa da Madeira que ali organiza festas e recepções.

A entrada para este andar faz-se pelos n.ºs 65 (porta de serviço) e 85 (entrada principal) da Rua de «O Século». Por esta última acede-se ao 1.º andar pela escada nobre do palácio, de pedra, com dois patamares, um inferior e outro superior. Sobre o parapeito foram mandados colocar pela Casa da Madeira os candelabros de ferro forjado que lá se vêem.

Quatro peças escultóricas em mármore, assentes sobre plintos iguais, encomendadas, certamente, quando da remodelação pombalina, ornamentam os patamares. São elas:

— Uma Vénus em tamanho natural, apoiando-se a um suporte, envolta numa écharpe que lhe deixa a maior parte do corpo a descoberto, segurando, com a mão esquerda, uma concha. Encontra-se sobre a parede do fundo do patamar inferior da escada (*Est. XVI-C*).

— Um Hércules em tamanho natural, barbado, apoiando-se a um suporte idêntico, com pequeno saio dado à cintura, e empunhando, com a direita, a pesada maça, envolta na pele no leão da Nemeia. Encontra-se sobre a parede do patamar superior, voltada e emparelhando com a Vénus (*Est. XVI-C*).

— Dois grupos escultóricos rigorosamente iguais, representando as armas dos Carvalho e Melo em vulto, encimadas pela coroa de marquês, seguras por um leão rompante. Ocupam os ângulos do patamar superior, colocados simetricamente em relação ao Hércules (*Est. XV*).

Nenhuma destas esculturas está assinada. A modelação é, porém, de mão de artista, correcta, ainda que inexpressiva. Pela época e características é possível se relacionem com os artistas da Escola de Mafra.

Ao longo da escadaria, sobre os degraus, ainda se conservam alguns dos antigos vasos ornamentais, de faiança branca (Rato), tipo cratera, com as armas do Marquês (*Est. XVI-A*).

O tecto que cobre o largo vão da escadaria apresenta decoração em estuque de grande refinamento, obra da autoria do mestre estucador João Grossi, autor da decoração em estuque dos principais salões deste andar. O da escadaria é, porém, um dos mais notáveis quanto a valores plásticos. Representa uma alegoria «A Morte e o Amor» em que a figura da Morte (um velho) e do Amor (uma jovem) revelam técnica escultórica de alto nível. A moldura é formada por dez medalhões com bustos entre concheados (*Ests. XI, XII, XIII, XIV*).

A direita do patamar superior abre-se a porta de ingresso às dependências do andar nobre, sobre a qual o Marquês de Pombal mandou colocar as suas armas ornamentadas ao gosto da época (*Est. XVII*).

No andar nobre há a assinalar (?):

O *Salão azul* com alizar de azulejos policrómicos do 3.º quartel do século XVIII (Fábrica do Rato?). Vários motivos de carácter militar (panópias) ou heráldico (escudos) foram representados sobre um fundo uniforme (*Ests. XIX e XX*). Tecto com decoração em estuque com figuração rococó, estilizada (*Est. XVIII*).

Segue-se uma pequena passagem que abre para o oratório instalado num pequeno recinto iluminado por uma clarabóia que ocupa a parte superior. As paredes são completamente revestidas de preciosa decoração em estuque, destacando-se, sobre fundo «rocaille», vários medalhões com cenas representando a «Sagrada Família», «Santo António e o Menino», etc. (*Est. XXI-A e B*); sobre o altar, ainda subsiste a tela primitiva — uma das que sabemos pintadas por André Gonçalves para o Palácio da Rua Formosa — representando a Virgem coroada e com o manto da misericórdia (Senhora das Mercês), assistindo à entrada das almas no Paraíso, conduzidas por S. Francisco (*Est. XXI-C*).

A pequena passagem acima referida dá acesso a uma sala que podemos chamar de distribuição onde apenas há a registar um fogão com moldura

simples de lioz rosado e, donde se acede às restantes dependências deste andar.

Além dos compartimentos mais modestos que a Direcção da Casa da Madeira destinou a Tesouraria (com alizar de azulejos de padrão, azul e branco em mau estado), a Bar, com tecto de estuque com decoração pouco relevada (meninos atirando setas e concheados), a Enfermaria e a Gabinete da Direcção, é neste andar que se situam os principais salões do palácio com rica decoração azulejar, indubitavelmente da Fábrica do Rato, e tectos com decoração em estuque da mão de Grossi. São eles:

A *sala de jogo* com belo alizar de azulejos policrómicos (amarelo, beringela, verde e azul) dum tipo bem característico do 3.º quartel de setecentos. Várias cenas delicadamente delineadas (paisagens campestres, cenas marítimas, etc.) formam quadros com moldura de concheados, separados uns dos outros por vasos com flores (*Ests. XXIII, XXIV, XXV e XXVI*). Tecto com estuques relevados representando uma figura feminina alada (a Fama) segurando um ramo de flores, seguida por um cortejo de anjos empunhando fachos; na sanca, quatro medalhões com bustos, dentro duma cercadura de concheados e cestos com flores (*Est. XXII*). Fogão com moldura simples. O *salão de festas* e nele um rico tecto com decoração em estuque, em tons de ocre, azulado e branco, representando amorzinhos tocando uma dama; na sanca, medalhões com grupos alados numa cercadura de concheados, cestinhos com flores e pássaros (*Est. XXVII*). O *salão vermelho* com tecto com decoração em estuque, branco sobre fundo avinhado (restaurado recentemente); medalhão central com figuração estilizada; na sanca, dois medalhões entre concheados e festões. A *sala de bilhar* com silhar de azulejos em dois tons de azul, com combinações de concheados e figurinhas enroscadas. Aqui e além, em nota contrastante, beringela, uma figurinha animal (rato, gato, cão, etc.). Fogão com moldura «rocaille» (*Est. XXVIII*).

III. O 2.º andar que devia ser reservado ao pessoal servidor foi subdividido em pequenos compartimentos, pobres de decoração e, quando esta existe, reduz-se a pequenos rodapés de azulejo. Destes, anotamos três tipos diferentes (ainda que idênticos a outros já registados nos compartimentos do rés-do-chão), todos de «padrão» com cercadura: azul e amarelo, tendo, como motivo repetido, uma rosácea formada pela combinação de quatro conchas (*Est. III-A*); de «maçaroca», branco e azul (*Est. IV-B*); tendo, como módulo, uma rosácea estilizada (*Est. III-B*).

Uma escada exterior de pedra estabelece o acesso deste corpo do edifício para o jardim. Conserva ainda, em muito mau estado, parte do alizar de azulejos de tipo «padrão» com albarradas, anjinhos e golfinhos (*Est. X*).

3. Algumas considerações a propósito:

A descrição mais ou menos pormenorizada que acabamos de fazer permite-nos integrar o Palácio Pombal, no que respeita à arquitectura exterior, dentro da tradição palaciana do século XVII. Os pormenores decorativos e os interiores são, porém, na sua quase totalidade, já do século XVIII.

Efectivamente, se exceptuarmos os silhares de azulejos representados na *Est. III-A*, indiscutivelmente dos finais de seiscentos, os representados nas *Ests. III-B e IV-B* que se não são daquela centúria, andam-lhe muito próximo, e alguns pormenores arquitectónicos ainda muito ao gosto do século XVII (os fontenários dentro de nichos das dependências abobadadas do rés-do-chão), toda a restante decoração interior integra-se no século XVIII.

Entre a obra classificada neste século haverá, porém, que distinguir a que pertence à primeira metade do século da que resultou das obras de restauro feita no terceiro quartel de setecentos. Pertencem à primeira fase quase todos os azulejos que decoram a moradia da família Freitas Branco, os azulejos do 2.º andar, alguns dos padrões das

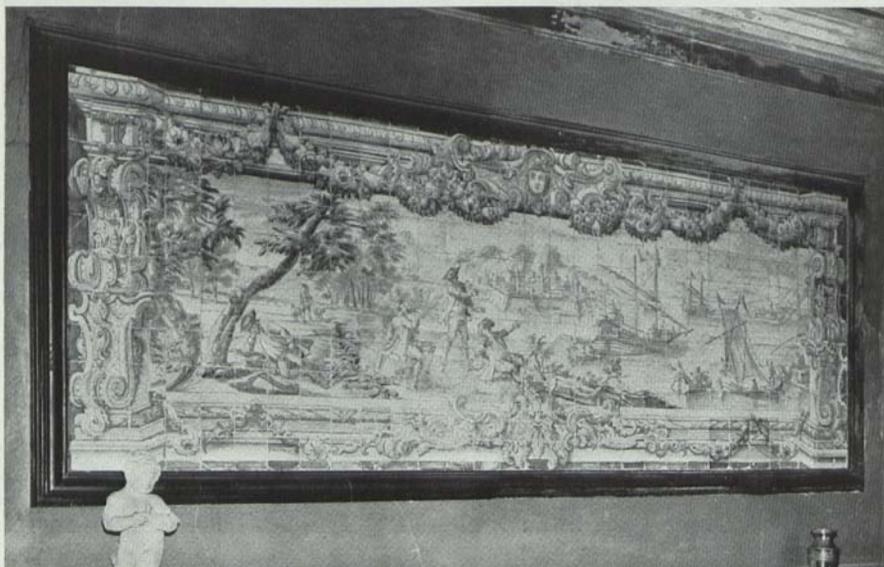
dependências mais modestas do andar nobre e pouco mais.

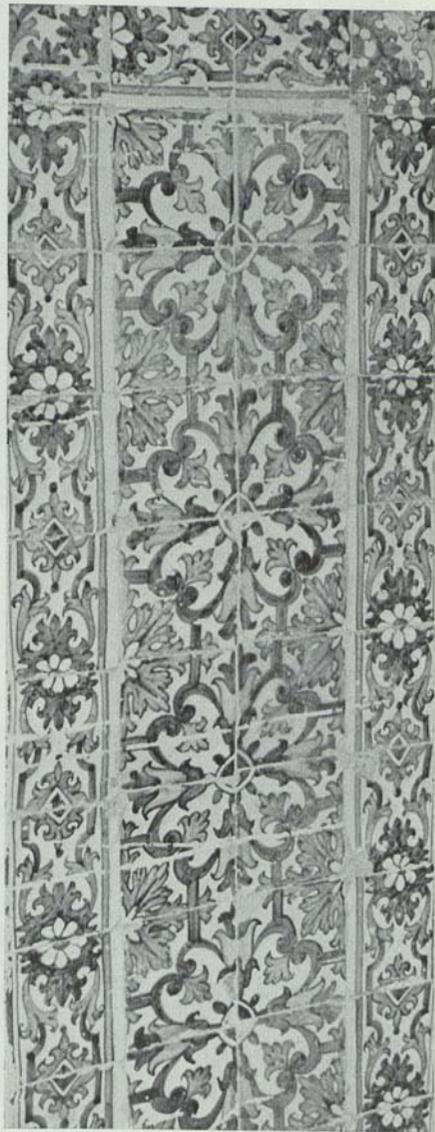
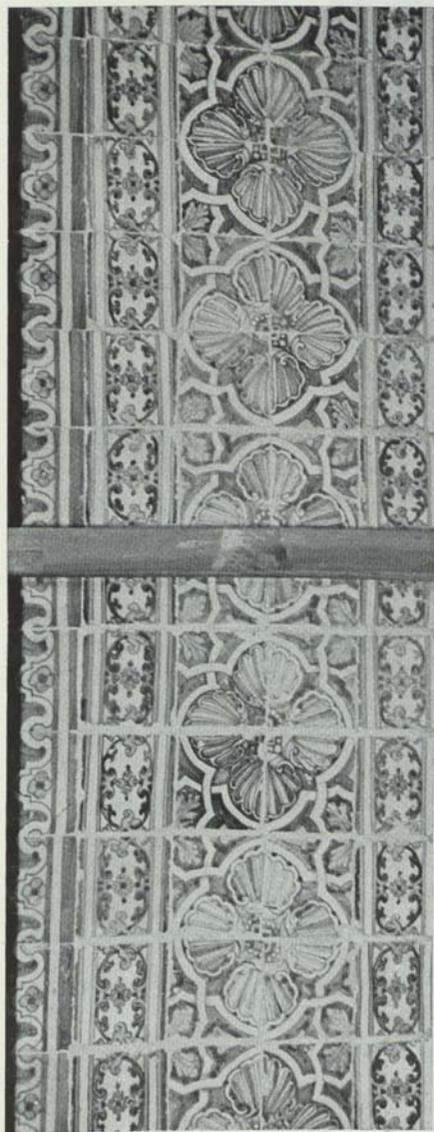
Artisticamente a parte mais valiosa do velho Palácio diz respeito às obras mandadas fazer pelo Marquês de Pombal, numa data que não andarão longe de 1770, coincidentes com o momento do apogeu económico da família, devido ao grande favor de que gozava, então, o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Estas obras circunscreveram-se, no exterior, especialmente ao jardim — são desta época a decoração azulejar, os pormenores arquitectónicos e os conjuntos escultóricos, entre os quais se destaca a graciosa fonte da Sereia, devido, certamente, a artista de nomeada; no interior, afectaram, principalmente, o andar 1.ºobre. Além da construção duma escadaria de acesso, com a monumentalidade que a modéstia da construção permitiu, procedeu-se ao embelezamento e enriquecimento deste andar. Foram então refeitos os rectos dos principais salões, tendo o Marquês aproveitado para o efeito, a estadia, entre nós, do milanês João Grossi que aqui viveu e formou discípulos na Escola que o Ministro, seu protector, para ele mandou abrir ao Rato. Foram também, então, substituídos os silhares de azulejos por novos padrões policrómicos, ao gosto «rocaille», alguns de grande beleza e cuja delicadeza de traço e características nos levam a relacioná-los com a Fábrica do Rato, aliás, outra das fundações de Pombal. Na escadaria nobre, rasgada ou remodelada então, foram colocadas as esculturas anónimas que a decoram, cuja paternidade não nos foi possível esclarecer. Alguns pormenores da decoração refeita nesta época, ainda que sob o império do «rocaille», anunciam já a aproximação do gosto neo-clássico.

(¹) Por comodidade conservamos, na enumeração dos compartimentos que se vão seguir, as designações por que os ouvimos nomear pelos locatários actuais.

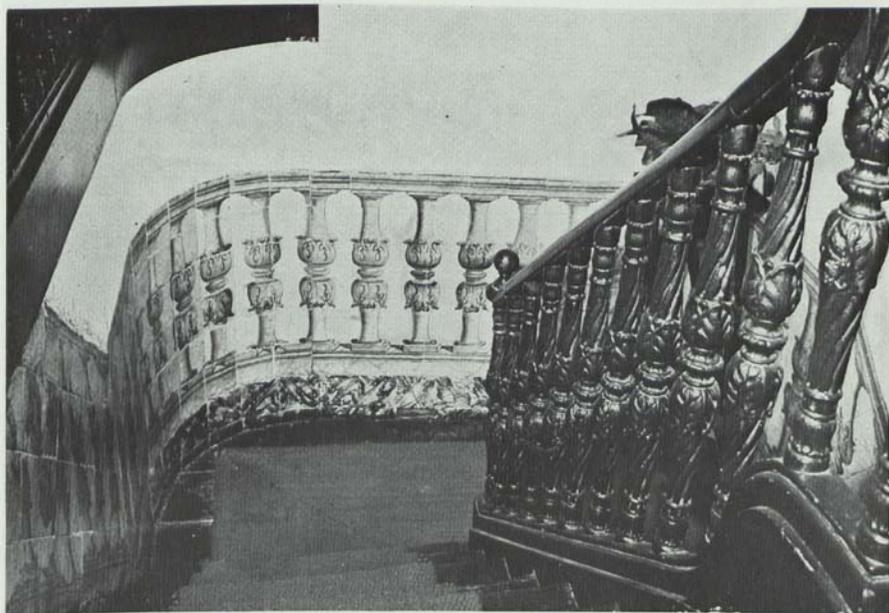
(²) Por uma questão metodológica conservamos também aqui as designações por que são conhecidos, actualmente, as várias dependências.

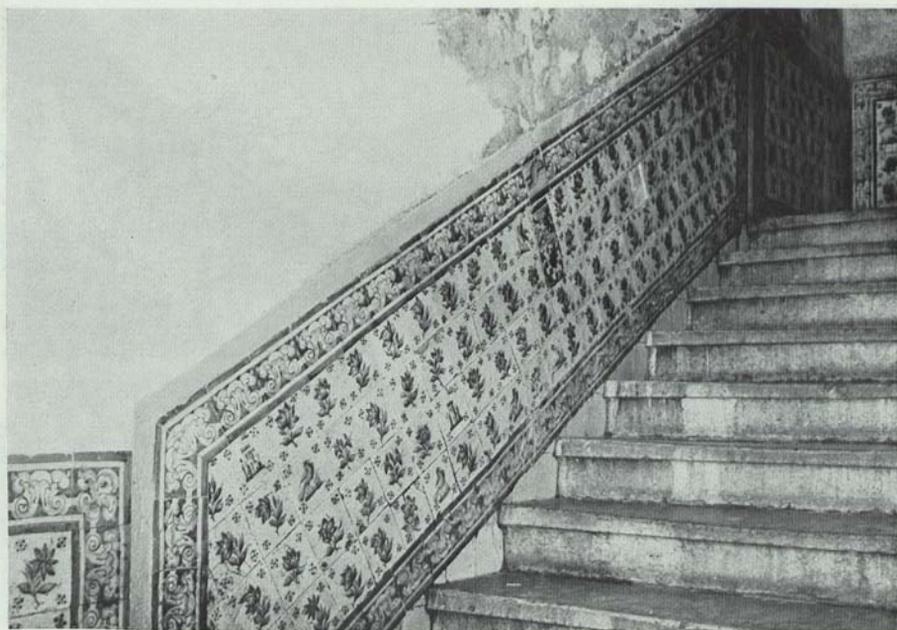
























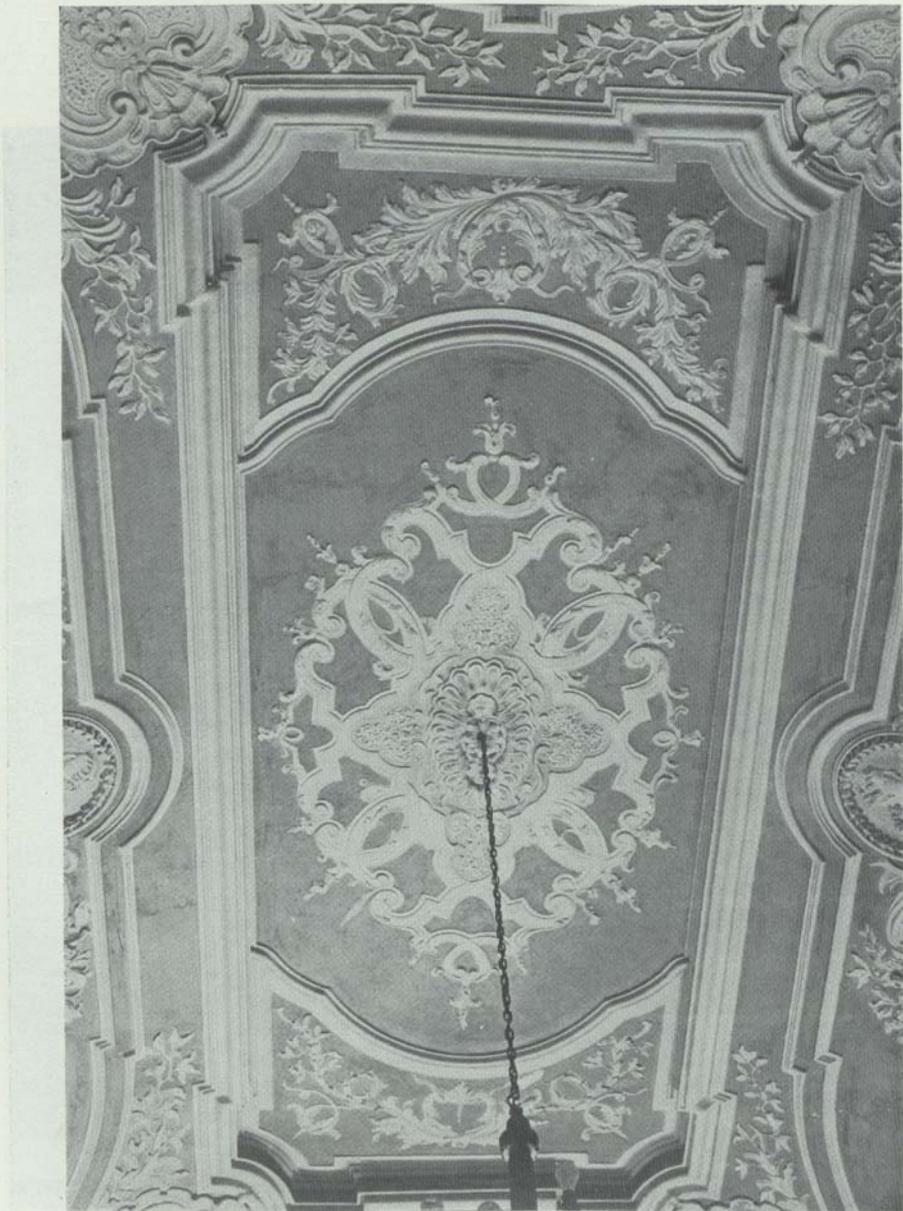


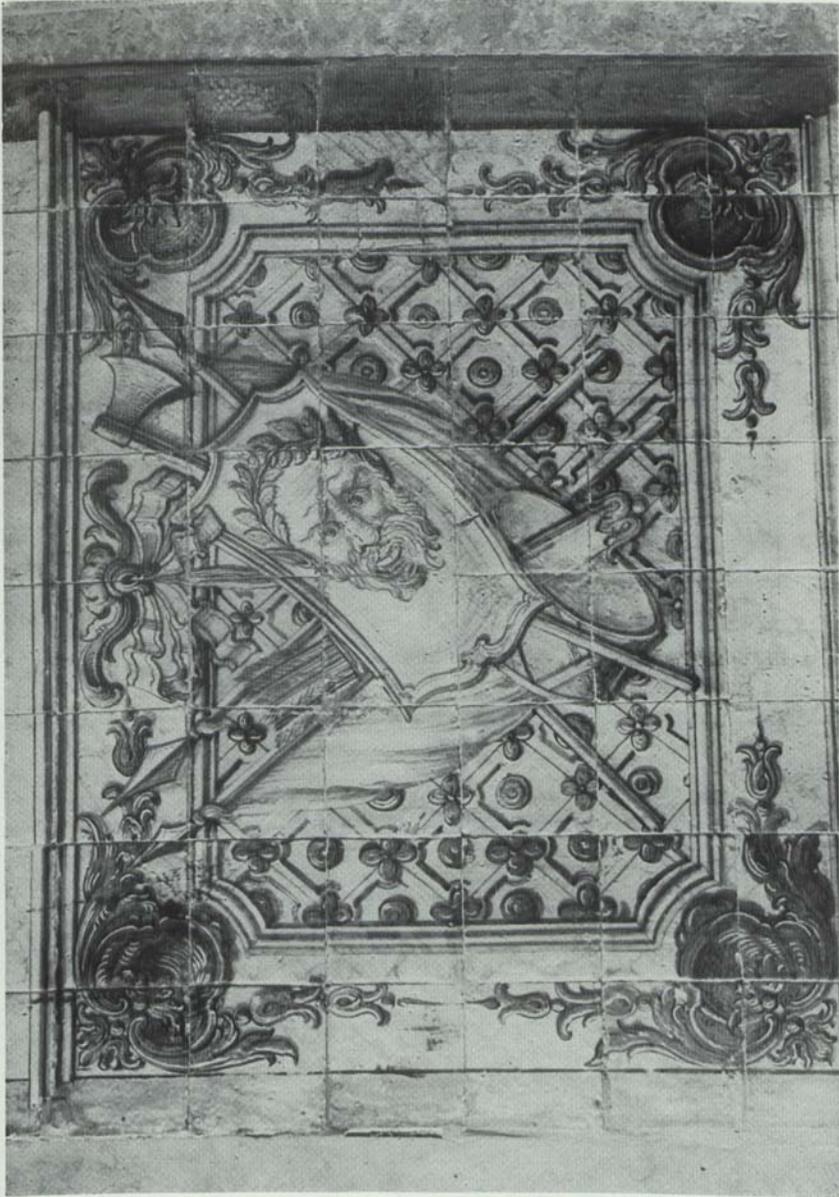


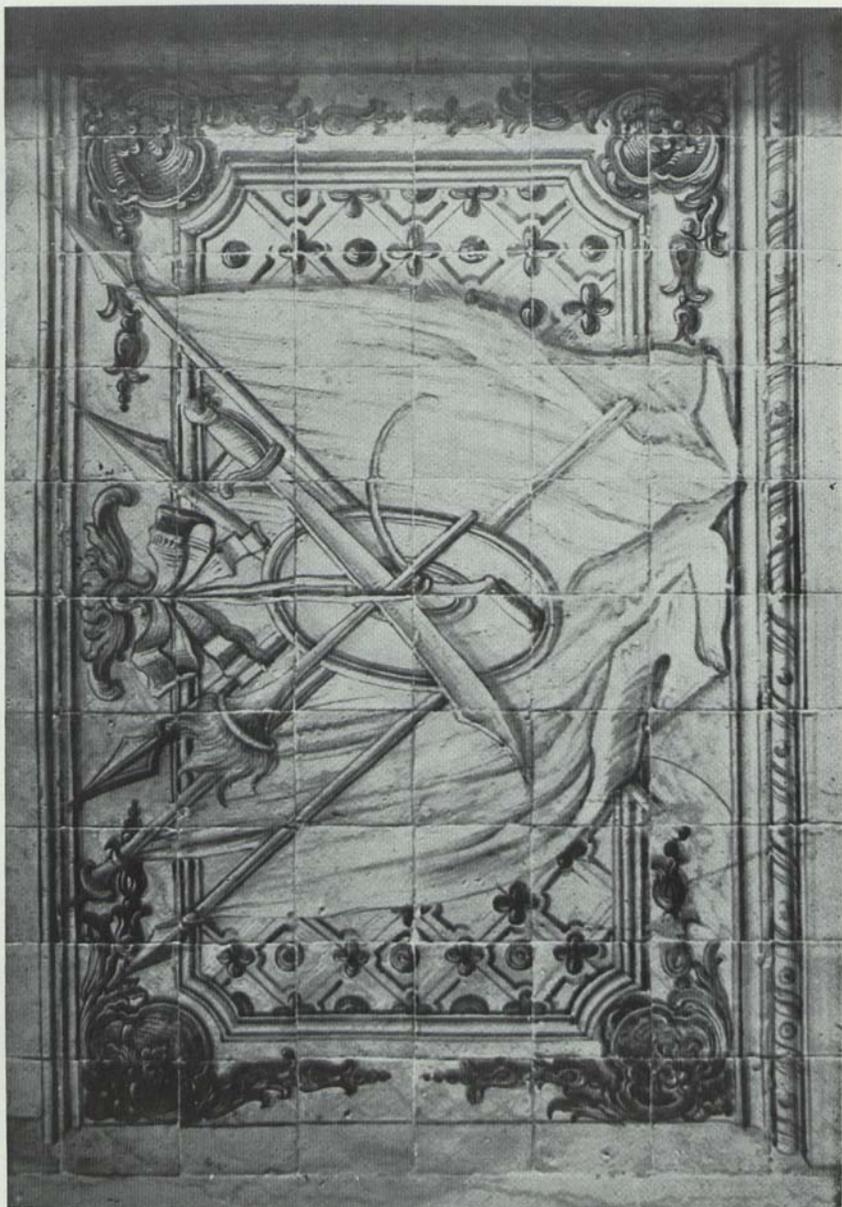






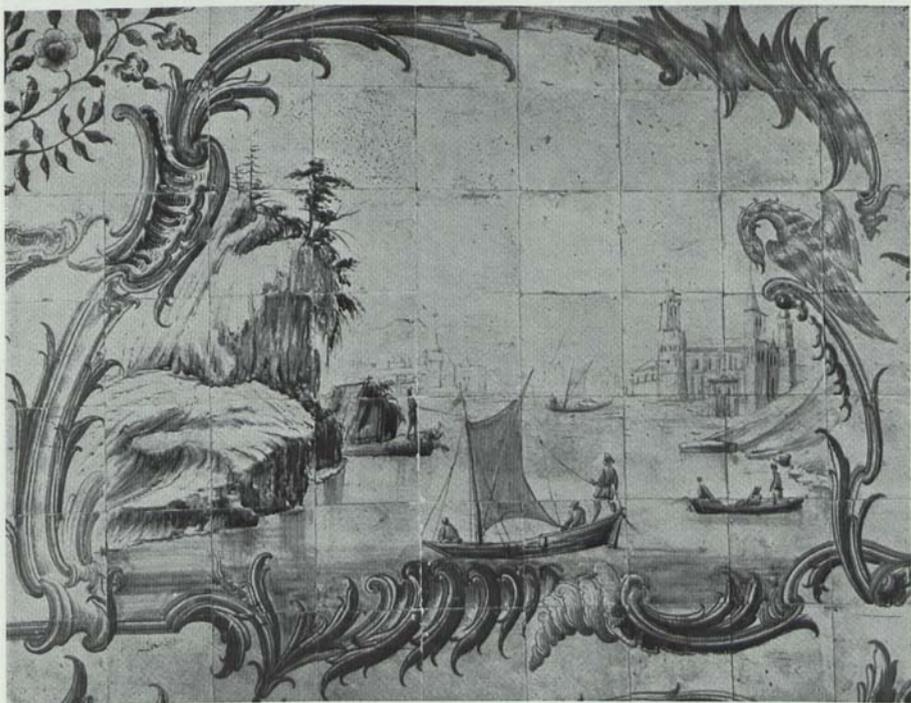








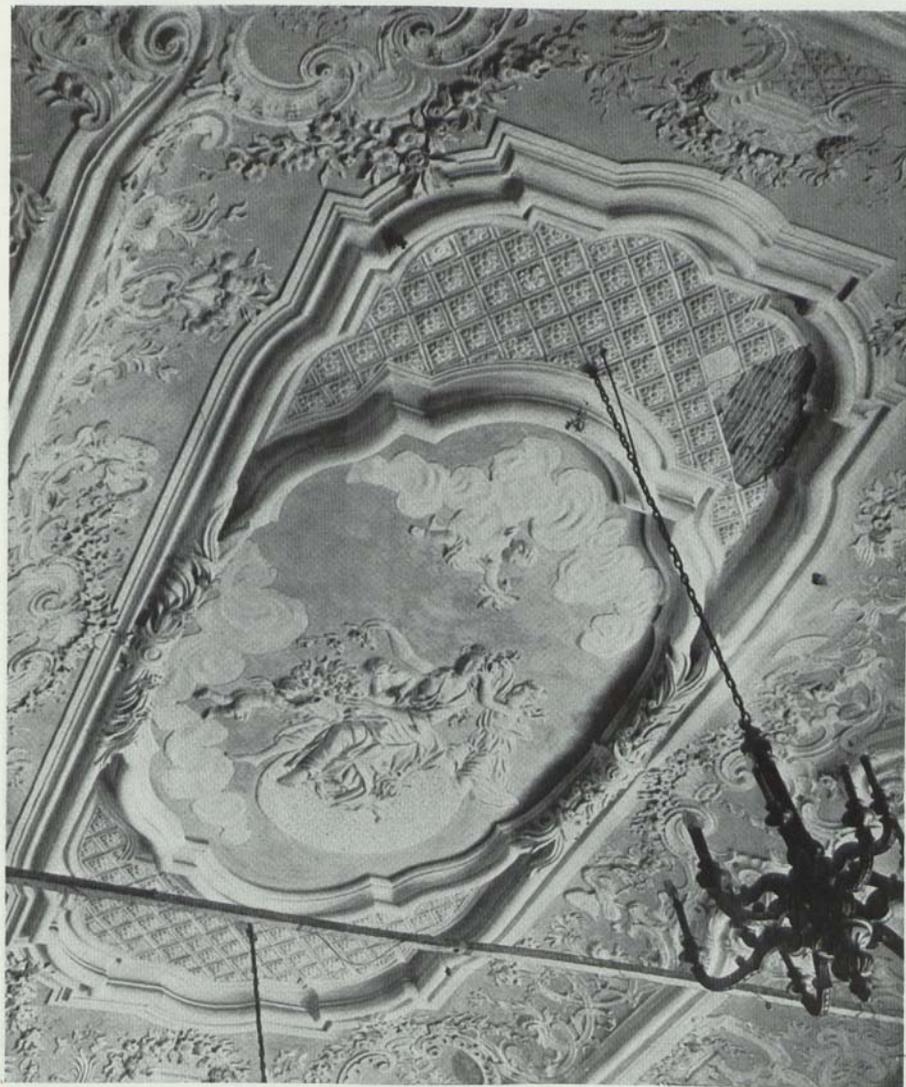


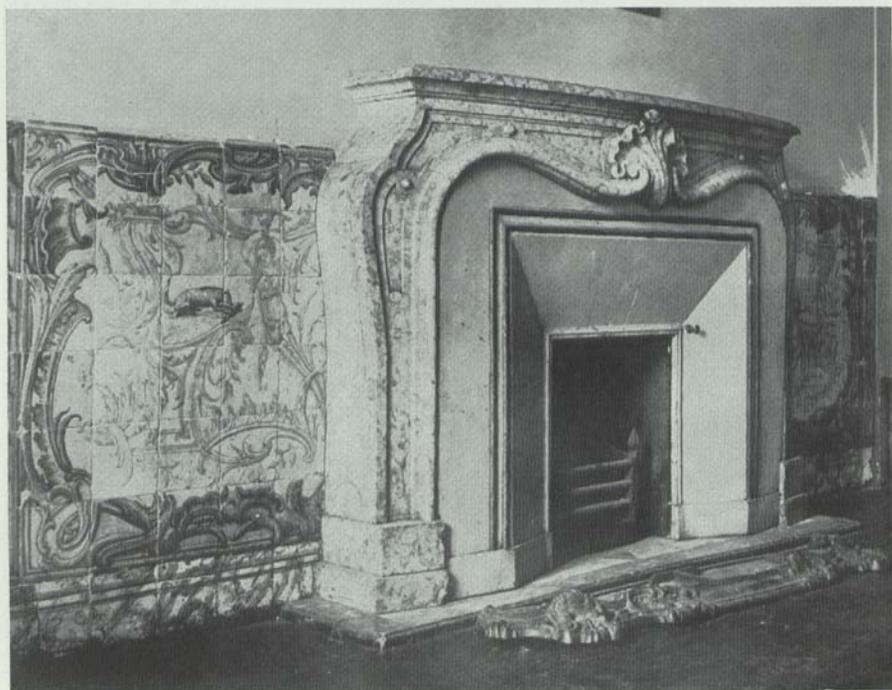






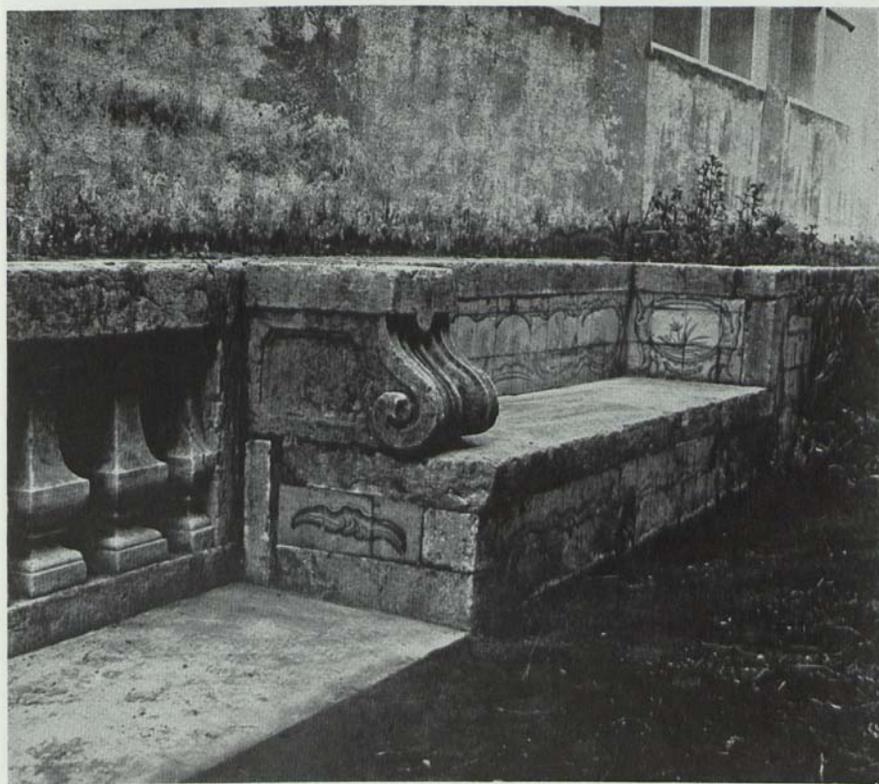






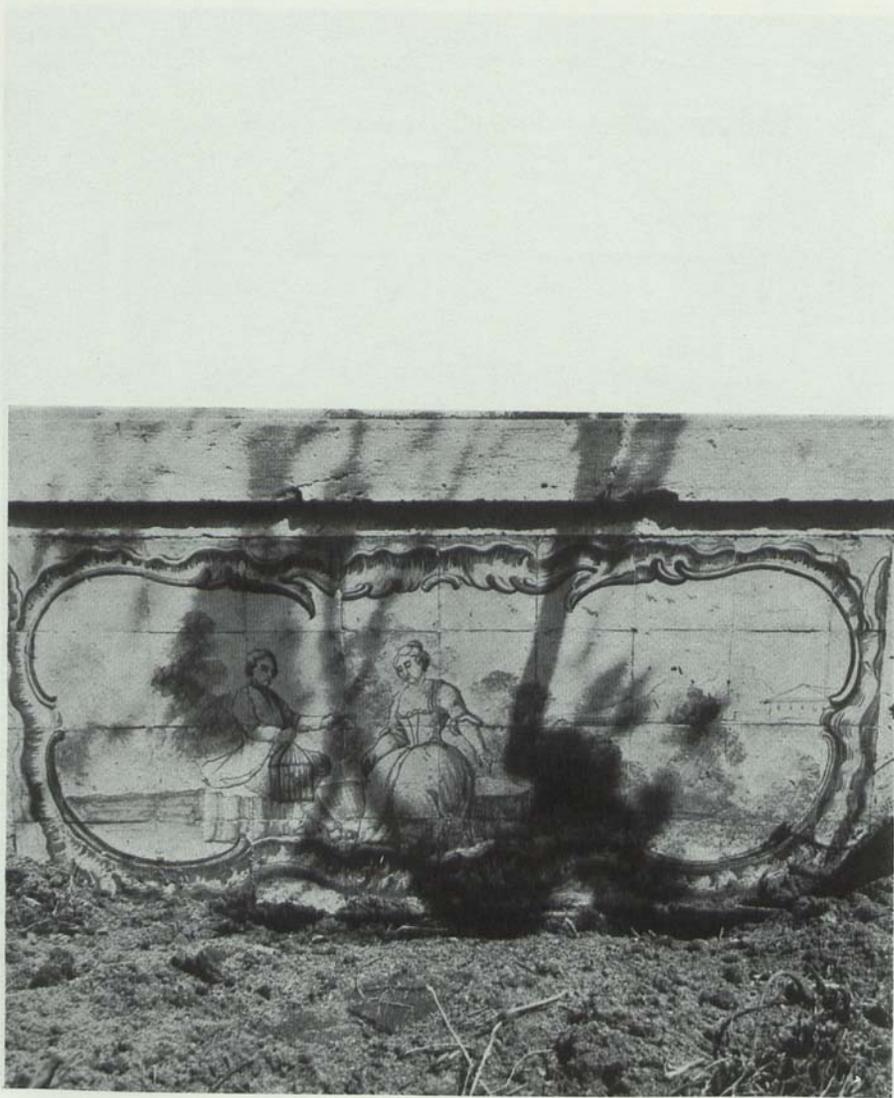


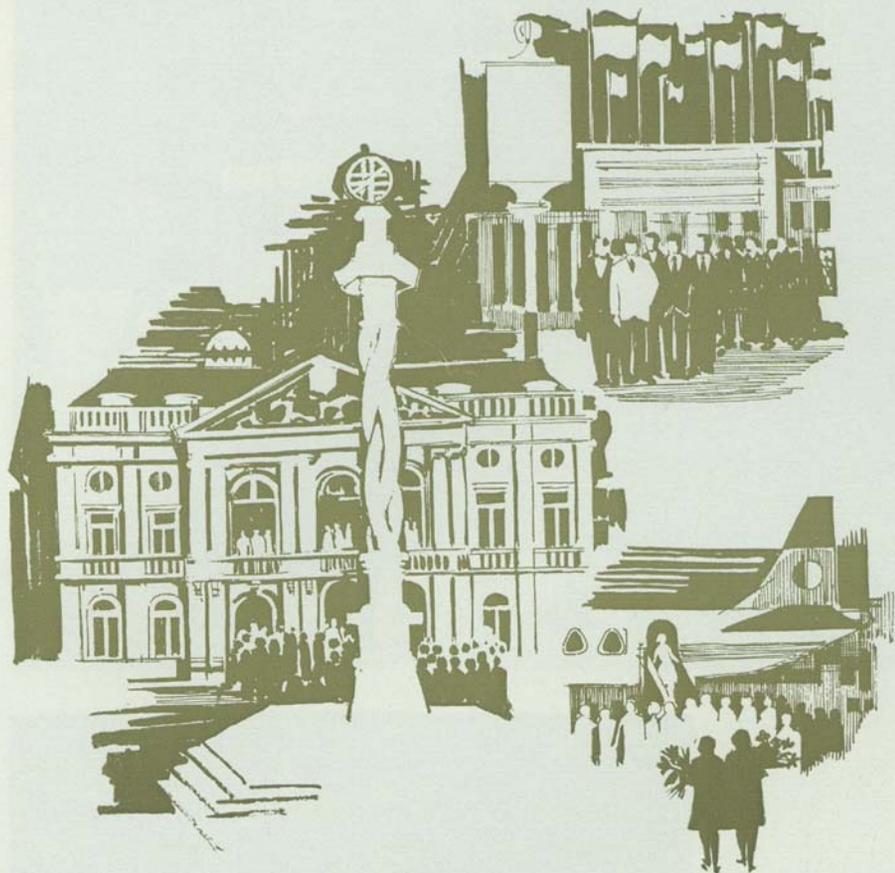












ACONTECIMENTOS CITADINOS



ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE RECRUTAS DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS—INAUGURAÇÃO DE UMA NOVA AUTO-MACA



ESTUFA FRIA—CONCERTO PELA ORQUESTRAS FILARMÓNICA DE LISBOA, DIRIGIDA PELO MAESTRO IVO CRUZ, SENDO SOLISTA OLGA PRATS

DESCERRAMENTO, NA PRACETA POSSIDÔNIO
DA SILVA, DE UM BUSTO EVOCATIVO
DA FIGURA DO GRANDE BENE MÉRITO



A «RAINHA DOS DEBUTANTES»
DE IOANESBURGO ENTREGA AO
SENHOR GENERAL FRANÇA
BORGES UMA MENSAGEM DO
«MAYOR» DAQUELA CIDADE

ESTUFA FRIA—A ARTISTA ISABEL
MANSO E A ORQUESTRA DA
EMISSORA NACIONAL, DIRIGIDA
PELO MAESTRO FERNANDO
CABRAL, NUM CONCERTO
OFERECIDO PELA C. M. L.





PEREGRINAÇÃO A LISBOA DAS RELÍQUIAS
DE SANTO ANTÓNIO

— NA SE. CATEDRAL, O SENHOR CARDEAL
PATRIARCA PRESIDE AS CERIMONIAS
ALI REALIZADAS

— AS RELÍQUIAS DE SANTO ANTÓNIO
DE LISBOA, VINDAS DE PÁDUA,
EM PROCISSÃO PELAS RUAS DA CIDADE
NATAL DO GLORIOSO TAUMATURGO
PORTUGUES

ESTUFA FRIA—CONCERTO
PELA ORQUESTRA SINFÓNICA
DA EMISSORA NACIONAL,
DIRIGIDA PELO MAESTRO
FREDERICO DE FREITAS,
SENDO SOLISTA CARLOS
FRANCO (FLAUTA)

RECEPÇÃO AS INDIVIDUALI-
DADES DE PÁDUA QUE
ACOMPANHARAM A LISBOA
A S RELIQUIAS
DE SANTO ANTONIO





TEATRO DA ESTUFA FRIA — «BELEZAS DE SINTRA», PELA COMPANHIA DE TEATRO POPULAR DE LISBOA

PALÁCIO GALVELAS — SERÃO DE MÚSICA DE CORTE DOS SÉCULOS XIII A XVI



FESTIVAL DE MÚSICA PORTUGUESA
COM JACK GLATZER (VIOLINO)
E NELA MAISSA (PIANO)



CONCERTO PELOS GOODWILL SINGING
EMBASSADORS (OHIO—E. U. A.)





ESTUFA FRIA—CONCERTO PELA TUNA
COMERCIAL DE LISBOA,
DIRIGIDA POR JOSE LOPES BASTOS



A DELEGAÇÃO OFICIAL DA FEDERAÇÃO
INTERNACIONAL DO ENSINO CATÓLICO
(FISEC) APRESENTA CUMPRIMENTOS
AO PRESIDENTE DA C. M. L.

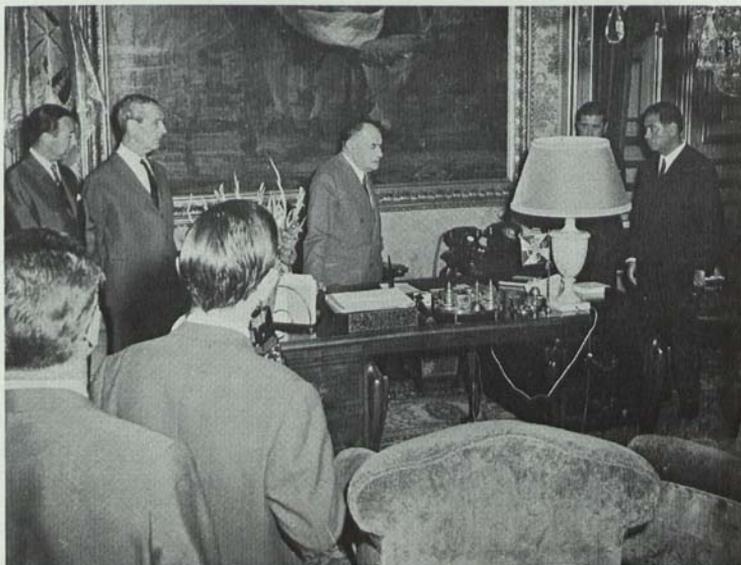


TEATRO DA ESTUFA FRIA — «UM HOMEM SO»,
PELA COMPANHIA DE TEATRO
POPULAR DE LISBOA



UM GRUPO DE JOVENS ESTUDANTES NORTE-AMERICANOS, BOLSEIROS DO AMERICAN FIELD SERVICE, APRESENTAM CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE DO MUNICIPIO

POSSE DO NOVO VEREADOR SENHOR MANUEL MINEIRO PESSOA EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR DR. JOSÉ HERMÃO SARAIVA, CHAMADO AO DESEMPENHO DAS ALTAS FUNÇÕES DE MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL





INAUGURAÇÃO DA PLACA TOPONIMICA
QUE DÁ O NOME DO MAESTRO PEDRO
DE FREITAS BRANCO A UMA RUA DA CAPITAL



ACTO DE POSSE DOS SRS. DRS. JOÃO PINA VIDAL E LAIME PISSARRA LOPES DIAS, NOS CARGOS, RESPECTIVAMENTE, DE CHEFES DE REPARTIÇÃO DE INFORMAÇÃO, ESPECTÁCULOS E TURISMO E DE EXPEDIENTE E CONTABILIDADE DA D. S. E. U. E DAS SRAS. DRAS. LIA FERREIRA DO AMARAL, IDALINA RIBEIRO RODRIGUES E MARIA GERTRUDES DA LUZ LOPES, NOS LUGARES DE PRIMEIRAS-BIBLIOTECÁRIAS

CASTELO DE SÃO JORGE — RECEPÇÃO AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DO TRATADO DO ATLANTICO NORTE. PRESENTES OS SENHORES PAUL HENRY SPAACK E DR. FRANCO NOGUEIRA



PAVILHÃO DOS DESPORTOS — CON-
CERTO PELA ORQUESTRA FILARMO-
NICA DE LISBOA, DIRIGIDA PELO
MAESTRO JOLY BRAGA SANTOS

RECEPÇÃO, NOS PAÇOS DO CONCELHO, AOS PARTICIPANTES
DO XVIII CONGRESSO DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES
E DO I CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LISBOA



O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES
INAUGURA O MERCADO DOS PRAZERES,
NA RUA FREITAS GAZUL



ENTREGA DO PRÊMIO VALMOR, POR
OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO
ANIVERSÁRIO DA TOMADA
DE LISBOA AOS MOUROS



ENTREGA DE MEDALHAS
A FUNCIONÁRIOS DISTINGUIDOS
PELA SUA ASSIDUIDADE
E COMPORTAMENTO



ENTREGA DAS TAÇAS ATRIBUIDAS
ÀS MARCHAS POPULARES DE LISBOA
PREMIADAS NO ANO DE 1968





INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO «PATRIARCADO
DE LISBOA», NO PALACIO GALVEIAS



ÍNDICE GERAL
DA «REVISTA MUNICIPAL»
(DO N.º 116 AO 119)
ANO DE 1968

Designação	Números	Páginas
A		
Achados da época romana no subsolo de Lisboa	116/117	33
Acontecimentos citadinos	116/117	94
A dívida de Lisboa está paga	118/119	89
	116/117	89
B		
Baptismo das naus	118/119	47
Belezas e desditas que cercaram Lisboa num tempo em que o século XIX iluminava o mundo	116/117	7
C		
Contrastes sanitários — I 1959 a 1969 — Imperativo duma obra do Município de Lisboa	118/119	7
I		
Inauguração do Monumento a Guerra Junqueiro	116/117	74
P		
Pregões de Lisboa, música do coração do povo	116/117	73
S		
São Vicente — O Padroeiro da Cidade de Lisboa	116/117	21
	118/119	23

Designação	Números	Páginas
N		
Novas técnicas moageiras em Lisboa nos inícios do século XIX	118/119	40
O		
O Palácio dos Carvalhos à Rua Formosa	118/119	48

ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
B		
Boturão — Padre Júlio d'Oliveira		
São Vicente — O Padroeiro da Cidade de Lisboa	116/117	21
	118/119	23
Braga — Teófilo		
Baptismo das naus	118/119	47
C		
Castelo-Branco — Fernando		
Novas técnicas moageiras de Lisboa nos inícios do século XIX	118/119	39
Castilho — Júlio de		
Pregões de Lisboa, música do coração do povo	116/117	73
Costa — Mário		
Bezas e desditas que cercaram Lisboa num tempo em que o século XIX iluminava o mundo	116/117	7
M		
Moita — Irisalva		
Achados da época romana no subsolo de Lisboa	116/117	33
O Palácio dos Carvalhos à Rua Formosa	118/119	48
Q		
Quental — Arnaldo Fallé de Sousa		
Contrastes sanitários — I 1959 a 1969 — Imperativo duma obra do Município de Lisboa	118/119	7

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos cívicos		
Posse do novo Vice-Presidente da C. M. L., Senhor Eng. ^o Segismundo do Carmo da Câmara de Saldanha	116/117	94
Posse dos Srs. Dr. Jorge Lopes Bonança e Arq. ^o José Nicolau Cid Tudela nos cargos de, respectivamente, Chefes da Repartição Central da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais e da Repartição de Planeamento dos Serviços de Urbanização e Obras	116/117	94
Posse dos Srs. Eng. ^{os} António Pereira Marques e Fernando de Oliveira Baptista nos cargos de, respectivamente, Chefes das Divisões de Iluminação e Trânsito e Limpeza e Transportes	116/117	94
Os participantes do voo inaugural da T. A. P., Salisbúria-Lisboa, apresentam cumprimentos na C. M. L.	116/117	95
Posse dos Srs. Eng. ^{os} Tomé José Fernandes e Leonildo José da Costa nos cargos de, respectivamente, Chefes das Repartições de Iluminação e Afilamentos e de Transportes	116/117	95
Dia de São Vicente — Solene «Te-Deum» na Sé Catedral de Lisboa	116/117	95/96
Posse do Sr. Dr. Augusto Rodrigues Mendes no cargo de Chefe da Repartição de Contabilidade da Direcção dos Serviços de Finanças	116/117	96
Posse do Sr. Dr. José Alberto Moura Cruz no cargo de Delegado do Ministério Público junto do Tribunal de Reclamações e Transgressões do Município	116/117	96
«Estufa Fria» — «Paulina vestida de azul»	116/117	97
Os participantes do voo inaugural da T. A. P., Nova Iorque-Lisboa, são recebidos pelo Presidente da C. M. L.	116/117	97
O Senhor Presidente da República no uso da palavra quando da cerimónia de entrega da chave da 3000. ^a casa, construída pelo Município, nos Olivais	116/117	97
Recepção nos Paços do Concelho aos estudantes americanos premiados pela Parade Publications Inc. — Entrega ao Senhor General França Borges da mensagem do Presidente Johnson	116/117	98
Os delegados da Sociedade da Legião de Honra da Costa do Ouro apresentam cumprimentos ao Presidente do Município de Lisboa	116/117	98
«O Desaparecido», no Teatro da Estufa Fria	116/117	98
O Orfeão Académico de Coimbra é recebido no Município de Lisboa	116/117	98
Os convidados do voo inaugural da T. A. P., Amsterdão-Lisboa, nos Paços do Concelho	116/117	99
Voo inaugural da T. A. P., Nova Iorque-Lisboa. Regresso do Senhor General França Borges	116/117	99
Palácio Galveias — Inauguração da Exposição de Jorge Colaço, por ocasião da celebração do seu centenário	116/117	99
Encerramento da Escola de Recrutados do Batalhão de Sapadores Bombeiros — Inauguração de uma nova auto-maca	118/119	91
Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa, dirigida pelo maestro Ivo Cruz, sendo solista Olga Prats	118/119	91
Descerramento, na Praceta Possidónio da Silva, de um busto evocativo da figura do grande benemérito	118/119	92
A «Rainha dos Debutantes» de Joanesburgo entrega ao Senhor General França Borges uma mensagem do «Mayors» daquela cidade	118/119	93
Estufa Fria — A artista Isabel Manso e a Orquestra da Emissora Nacional, dirigida pelo maestro Fernando Cabral, num concerto oferecido pela C. M. L.	118/119	93

Designação	Números	Páginas
Peregrinação a Lisboa das relíquias de Santo António: — Na Sé Catedral, o Senhor Cardeal Patriarca preside às cerimónias ali realizadas	118/119	94
— As relíquias de Santo António de Lisboa, vindas de Pádua, em procissão pelas ruas da cidade natal do glorioso taumaturgo português	118/119	94
Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, dirigida pelo maestro Frederico de Freitas, sendo solista Carlos Franco (flauta)	118/119	95
Recepção às individualidades de Pádua que acompanharam a Lisboa as relíquias de Santo António	118/119	95
Teatro da Estufa Fria — «Belezas de Sintra», pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	118/119	96
Palácio Galveias — Serão de Música de Corte dos séculos XIII a XVI	118/119	96
Festival de Música Portuguesa com Jack Glatzer (violino) e Nela Maissa (piano)	118/119	97
Concerto pelos Goodwill Singing Embassadors (Ohio — E. U. A.)	118/119	97
Estufa Fria — Concerto pela Tuna Comercial de Lisboa, dirigida por José Lopes Bastos	118/119	98
A delegação oficial da Federação Internacional do Ensino Católico (FISEC) apresenta cumprimentos ao Presidente da C. M. L.	118/119	99
Teatro da Estufa Fria — «Um homem só», pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	118/119	99
Um grupo de jovens estudantes norte-americanos, boiseiros do American Field Service, apresenta cumprimentos ao Presidente do Município	118/119	100
Posse do novo vereador Senhor Manuel Mineiro Pessoa em substituição do Senhor Dr. José Hermano Saraiva, chamado ao desempenho das altas funções de Ministro da Educação Nacional	118/119	100
Inauguração da placa toponímica que dá o nome do maestro Pedro de Freitas Branco a uma rua da capital	118/119	101
Acto de posse dos Srs. Drs. João Pina Vidal e Jaime Pissarra Lopes Dias, nos cargos, respectivamente, de Chefes de Repartição de Informação, Espectáculos e Turismo e de Expediente e Contabilidade da D. S. E. U. e das Sr. ^{as} Dr. ^{as} Lia Ferreira do Amaral, Idalina Ribeiro Rodrigues e Maria Gertrudes da Luz Lopes, nos lugares de primeiras-bibliotecárias	118/119	102
Castelo de São Jorge — Recepção aos membros da Assembleia Geral da Associação do Tratado do Atlântico Norte. Presentes os Senhores Paul Henry Spaak e Dr. Franco Nogueira	118/119	102
Pavilhão dos Desportos — Concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa, dirigida pelo maestro Joly Braga Santos	118/119	103
Recepção, nos Paços do Concelho, aos participantes do XVIII Congresso da Liga dos Bombeiros Portugueses e do I Centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa	118/119	103
O Senhor General França Borges inaugura o Mercado dos Prazeres, na Rua Freitas Gazul	118/119	104
Entrega do Prémio Valmor, por ocasião das comemorações do aniversário da tomada de Lisboa aos mouros	118/119	105
Entrega de medalhas a funcionários distinguidos pela sua assiduidade e comportamento	118/119	105
Entrega das taças atribuídas às Marchas Populares de Lisboa premiadas no ano de 1968	118/119	105
Inauguração da exposição «Patriarcado de Lisboa», no Palácio Galveias	118/119	106
Achados da época romana no subsolo de Lisboa	116/117	34/66
Arca depositária das relíquias de São Vicente	118/119	37
«Architecto Pio e Concorde» — Manuscrito de 1778	118/119	26/27
Aspecto do Hospital de São José no século XIX	118/119	43
Aspectos de Lisboa no século XIX	116/117	9/18
B		
Bairro de Olivais — Norte	118/119	11/12
Bairro de Olivais — Sul	118/119	13/14
Bairro do Padre Cruz	118/119	15/22

Designação	Números	Páginas
C		
Cálice da Sé Patriarcal de Lisboa	118/119	36
Chegada das relíquias de São Vicente a Lisboa	118/119	37
«Cidade de Lisboa protegendo as vítimas das invasões francesas»	116/117	32-A
D		
Deposição dum ramo de cravos no altar de São Vicente, na Sé de Lisboa, pelo presidente da C. M. L.	116/117	28
E		
Emblema da Universidade Clássica de Lisboa	116/117	30
Exposição vicentina no Palácio Galveias	116/117	27
F		
Frei Diogo Crespo profere uma conferência na C. M. L.	116/117	27
G		
Glorificação de São Vicente	118/119	33
Guerra Junqueiro	116/117	74
I		
Inauguração, na Batalha, da estátua equestre de D. Nuno Álvares Pereira ...	116/117	89/90
Inauguração do Monumento a Guerra Junqueiro	116/117	87/88
L		
«Livro de Horas» de D. Manuel I	118/119	24
Livro de Posturas do século XVII	116/117	24
M		
Mapa da Cidade de Lisboa e Belém em 1812	118/119	44
«Missa Laetabitor» com anotação aquitana	118/119	34/35
«Missalete de São Vicente»	118/119	32
Moinhos de maré	118/119	39/41
N		
Naus	118/119	46
O		
O Palácio dos Carvalhos	118/119	48/55 a 88

Designação	Números	Páginas
P		
Padrão do Chafariz de Arroios do século XIV	116/117	22
«Pater Noster» — documento musical	118/119	31
Pintura do século XVIII com as armas da Sé de Lisboa	116/117	31
Planta topográfica de Lisboa de 1807	118/119	42
Pregões de Lisboa	116/117	72
Pugna entre partidários dos ritos romano e gótico	118/119	28
Q		
Quinta do Charquinho	118/119	9
Quinta de Gerard de Visme e Quinta dos Marqueses de Fronteira	116/117	3
Quinta das Mouras	118/119	10
S		
São Vicente	116/117	21
São Vicente	118/119	23
Selo do concelho de Lisboa do século XIII	116/117	22
T		
Trasladação das relíquias de São Vicente (do livro Carmezim)	118/119	38-A
V		
Velho moinho de vento de Lisboa	118/119	44
Vista do Porto de Lisboa — Gravura por Alex	118/119	3

EDIÇÕES MUNICIPAIS

O CARMO E A TRINDADE
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA
LUIS PASTOR DE MACEDO E NORBERTO DE ARAÚJO

A CERCA FERNANDINA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A CERCA MOURA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

*A CERCA MOURA DE LISBOA E O ESTEIRO
DO TEJO NA BAIXA*
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS (1147)
NARRAÇÕES PELOS CRUZADOS OSBERNO E ARNULFO
TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS
POR JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA

EPIGRAFIA DE OLISIPO
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

*EVOLUÇÃO DA GRAVURA DE MADEIRA
EM PORTUGAL*
ERNESTO SOARES

AS FREGUESIAS DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

*HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS
RELIGIOSAS DE LISBOA*

IGREJAS E MOSTEIROS DE LISBOA
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CASTELO DE S. JORGE
COSTA GARCEZ

MUSEUS DE LISBOA
FERNANDO CASTELO BRANCO

CHAFARIZES DE LISBOA
LUIS CHAVES

PORTAS E BRAZÕES DE LISBOA
LUIS FERROS PONCE DE LEAO

O TEJO
MARIO PIRES



MUNICIPAIS EDICÖES

EXECUÇÃO GRÁFICA DA IMPRENSA MUNICIPAL DE LISBOA
E LIGA DOS COMBATENTES

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51

